

PRÊMIO
ABERJE
2019

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 57
JUN/JUL 2020

#458

FAKE NEWS x
EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

SLAMS E SARAUS
DA PERIFERIA

ENTREVISTA

**IGNÁCIO DE
LOYOLA BRANDÃO**

"Basta olharmos pela janela para
descobrir que o anormal acontece."

SAÚDE

Cientistas do Brasil

Biomédica da USP mapeia
genoma do coronavírus



Vida pós-quarentena

ANALISTAS DISCUTEM
IMPACTOS DA PANDEMIA
E DESCORTINAM COTIDIANO
MARCADO PELA ACELERAÇÃO
DE TENDÊNCIAS



R\$15,90



É POSSÍVEL ter um plano de saúde que cabe no seu bolso.



Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP
você, **Empregador do Comércio**, tem condições
especiais na adesão de um dos melhores planos
de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ **291**¹

Ligue: **0800 799 3003**

Se preferir, simule seu plano em qualicorp.com.br/oferta





PB | #458

Quão diferentes o mundo e as nossas vidas serão na retomada das atividades pós-quarentena? Especialistas compartilham a ideia de um cotidiano muito mais dependente da internet, mudando a forma como interagimos no trabalho, na educação e no consumo. Novos anseios e medos devem reconfigurar a dinâmica do dia a dia, especialmente nas médias e grandes cidades. Da política à cultura, teremos um “novo normal”, sequer imaginado nem pela ficção. Vamos a ele!

Há 57 anos, discutimos a identidade nacional e buscamos soluções para os desafios socioeconômicos e culturais do País.

Em 2016, iniciamos uma nova fase: ampliamos o leque de editoriais, fomos às bancas, reformulamos o projeto gráfico e produzimos debates temáticos. Em 2019, esse trabalho foi reconhecido com o Prêmio Aberje na categoria Mídia Impressa.

E, agora, temos mais uma novidade:

a PB também está disponível em plataformas digitais de revistas.

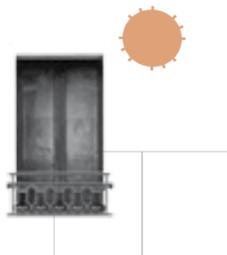


↓
acesse

www.revistarias.com | www.goread.com.br | www.bancah.com.br

realização

ESTAMOS DE PÁGINAS ABERTAS PARA VOCÊ. ESCREVA PARA PUBLICACOES@FECOMERCIO.COM.BR



8 Capa
PERSPECTIVAS GERADAS PELA PANDEMIA



16 Entrevista
IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO REFLETE SOBRE O MOMENTO DO PAÍS

22 Artigo
BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO, POR MARCELO PAIXÃO

23 Artigo
ÍNDIOS EM PERIGO, POR DANIEL BUARQUE

26 Cientistas do Brasil
JAQUELINE GOES DE JESUS E O SEQUENCIAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS



28 Sociedade
EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO FRONT DAS FAKE NEWS

35 Artigo
O PAPEL DA IMPRENSA, POR CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA



36 Cultura
POESIA PERIFÉRICA E TRANSFORMADORA

46 Charge
MUNDO EM PÓS COVID-19, POR JEAN GALVÃO

QUANDO O ANORMAL VIRA ROTINA

Vivemos sob plena insegurança instalada com a confirmação dos efeitos devastadores causados pelo novo coronavírus em todo o mundo. O impacto na saúde da população, ocasionando milhares de óbitos, é o dano mais grave dessa propagação. Além disso, somam-se consequências que nos garantem uma única certeza: o mundo mudou.

Com a mesma relevância que o assunto tem sido tratado nos principais veículos de comunicação globais, **Problemas Brasileiros** reflete as prováveis sequelas na sociedade e as mudanças inevitáveis no modo de vida das pessoas. O desmonte de alguns setores econômicos, a demora nas respostas do governo para socorrer empresas e pessoas, os efeitos nos ecossistemas do trabalho e da educação, os critérios na elaboração de políticas públicas e a valorização da saúde perante a opinião pública são alguns dos aspectos tratados por especialistas ouvidos nas páginas a seguir. É certo que muitos segmentos terão de se reinventar. Do contrário, ficarão, infelizmente, pelo caminho.

Imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), o escritor Ignácio de Loyola Brandão nos brinda com uma inspiradora entrevista, na qual se manifesta sobre o isolamento social e o mundo durante e pós-quarentena, além das suas influências literárias. Como diz autor de *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*: “Basta olharmos pela janela para descobrir que o anormal acontece diariamente.”

Em meio ao cenário de verdadeiro estresse de informação, há ainda a perigosa propagação de notícias falsas, conhecidas mundialmente como *fake news* – tema também abordado nesta edição. A desinformação causa os mesmos danos de um vírus, porém ataca o exercício da democracia. No enfrentamento de mentiras envolvendo interesses escusos, surgem iniciativas de educação midiática que atuam para combater a proliferação de boatos – que ganharam escala com ascensão das mídias sociais.

Na esfera cultural, fomos conhecer poetas que organizam saraus literários para retratar as mazelas do cotidiano da periferia. Eles falam sobre exclusão social, genocídio, racismo, feminicídio e homofobia, registrando, acima de tudo, a realidade de um Brasil invisível, marcado pela ausência do Estado.

A todos, uma boa leitura.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

COMO SERÁ O AMANHÃ?

Nada será como antes. Passada a quarentena, analistas acreditam no incremento da digitalização dos serviços, tendência que beneficia o home office, a telemedicina, o ensino a distância e outras atividades de forma virtual. Os rearranjos no pós-pandemia apontam ainda impactos na mobilidade e ocupação dos espaços urbanos, além de queda na renda dos mais pobres.

texto GUILHERME MEIRELLES



A pandemia do covid-19 escancarou o despreparo dos governos para enfrentar uma crise para a qual já deveriam estar atentos. Uma das consequências na sociedade é que hábitos adotados durante a pandemia tendem a perdurar – e o trabalho de reconstrução da terra arrasada deve ser longo. “Será um período de reflexão para se avaliar a importância dos governos, já que veio em meio a uma onda de crescimento do liberalismo, com menor presença do Estado e regulação do mercado”, analisa o diretor-executivo da ONG República.org, focada em gestão pública, Eloy Oliveira: “É fundamental valorizar os profissionais do setor público, em especial na saúde e na educação, bem como repensar a distribuição de verbas para Estados e municípios.”

Quando os impactos da pandemia forem reduzidos, pelo menos três vetores serão influenciados, afirma o CEO da consultoria Ideia Big Data e professor visitante na George Washington University, o economista Maurício Moura. “Haverá intensificação da telemedicina, do ensino a distância e do home office. As pessoas tendem a deixar as grandes cidades e buscarem as médias, com mais qualidade de vida”, estima. Já as externalidades negativas virão no esfacelamento da economia informal e na queda brutal no nível de renda dos mais pobres em regiões menos desenvolvidas, como África, Índia e Brasil. Em curto prazo, haverá necessidade de reposicionar as cadeias de produção de itens essenciais, como respiradores, máscaras e luvas para afastar a dependência da China. Segundo o acadêmico, as pequenas e médias empresas deverão ser assediadas pelas grandes corporações, cujas incorporações vão moldar o perfil predominante em diversas áreas.

Tanto a telemedicina como o ensino a distância devem ganhar fôlego a partir de 2021, após o leilão da banda 5G [nova geração da internet móvel, que permitirá velocidade cem vezes maior do que a oferecida pela atual 4G], previsto para dezembro. “É a agenda do futuro, que pode movimentar no Brasil cerca de 150 mil empresas nacionais de tecnologia da informação”, aponta o copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP, o sociólogo Paulo Delgado, com base nos dados do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel). A expectativa é que as principais corporações mundiais, como Ericsson, Nokia e Huawei, participem do leilão. Segundo Delgado, a chegada do 5G vai oferecer oportunidades nas áreas de automação, robótica e Internet das Coisas (IoT), além da maior veloci-

dade na transmissão dos dados. Portanto, a retomada está condicionada aos avanços das empresas de tecnologia e aos esforços dos governantes em estimular a economia sem abandonar aqueles que forem mais prejudicados na crise.

O sócio da consultoria Bites, Manoel Fernandes, acredita que o setor privado será obrigado a promover cortes, mas haverá um sentimento de solidariedade entre os colaboradores com os objetivos das empresas de se reerguerem: “O nível de ansiedade aumentou, mesmo em um ambiente de home office. As empresas que souberem lidar com o momento sem priorizar o lucro rápido, tendem a manter vínculo mais forte com os clientes.”

Há um consenso quanto às dificuldades, e muitos sairão com “feridas na alma”, conforme define a poetisa, filósofa e psicanalista Viviane Mosé. “Os mais pobres irão sofrer mais. Haverá aqueles que tentarão recuperar logo o que perderam, esfolando os que estão embaixo. Mas, ao fim, uma boa parte da sociedade sairá melhor. Vivíamos na exaustão da virtualidade, presos às redes sociais e sem vida afetiva. Isolados, chegaremos ao extremo. A restrição nos fará sentir o gesto de um abraço, de ir a um show e de valorizar os artistas, que são aqueles que lidam com as emoções das pessoas. É com a arte que nos salvamos”, reflete Viviane sobre a relevância da cultura no cotidiano das pessoas.

NOVOS RUMOS DA MEDICINA

Aprovada desde 1996 nos Estados Unidos, a telemedicina só foi permitida provisoriamente no Brasil em razão da pandemia. “Sua regulamentação é fundamental. Ainda não houve por causa da visão corporativista dos médicos, que querem defender seus empregos”, opina o ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ex-superintendente corporativo do Hospital Sírio-Libanês, Gonzalo Vecina Neto. “A medicina precisa de dados para tomar as decisões com mais precisão e agilidade. Quando consolidada [a telemedicina], a relação entre médico e paciente será diferente, e o hospital deixará de ser o principal vetor de acesso, o que reduzirá aglomerações e riscos de contágios”, afirma o presidente do Conselho do Hospital Israelita Albert Einstein, Claudio Lottenberg. Segundo ele, a pandemia gerou uma reflexão tanto entre os profissionais de medicina como na sociedade. “Será que, caso a doença tivesse surgido entre os mais pobres, haveria tal mobilização da sociedade? Estamos preocupados por estar morrendo gente ou por

causa do lockdown, que prejudica os nossos negócios e interrompe a onda de liberalismo, além de demandar um Estado mais forte e keynesiano? Precisamos enxergar a saúde de modo mais amplo”, indaga ele. Segundo Vecina Neto, apenas a tecnologia não será suficiente. “É preciso que haja investimentos em pesquisa e na produção de insumos básicos. Os laboratórios nacionais conseguiram decodificar o coronavírus em 48 horas, mas como será caso surgir nova pandemia?”, questiona o ex-presidente da Anvisa.

Dada a desigualdade social, as perspectivas de mudanças são mínimas. “As condições precárias de moradia colaboram para que haja aglomerações, e a atividade das pessoas inviabiliza o isolamento social, já que a maioria desempenha trabalhos braçais e de contato com o público”, afirma o epidemiologista e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Antônio Augusto Moura da Silva.

Haverá ainda transformação no perfil dos futuros médicos, acredita o psiquiatra e ex-presidente do Conselho Regional de Medicina-SP, Mauro Aranha “A grade curricular das faculdades deverá estar em sintonia com as novas demandas. Especialistas são necessários, mas a graduação deverá ser generalista para cumprir requisitos mínimos voltados para a realidade epidemiológica e sanitária”, defende ele. O ensino superior precisa formar não apenas técnicos, segundo Lottenberg, mas líderes capazes de tomar decisões de alto risco e que envolvam a prioridade no atendimento dos pacientes. Durante a pandemia, principalmente na Itália, os médicos viram-se obrigados a escolher quem ocuparia os leitos de UTIs, levando em conta a idade e o histórico de comorbidade dos enfermos: “É triste, mas é uma realidade”. Ainda segundo Lottenberg, os estudos de Economia da Saúde preveem que, em situações extremas, como transplante de órgãos, os médicos optem pelo procedimento em pessoas mais jovens em detrimento de idosos em situação crítica, que muitas vezes necessitam de cuidados paliativos.



Fotos: Christian Parente



Celso Athayde, fundador da Cufa, enxerga o momento atual como um início de caos e teme pelo futuro

O diplomata Marcos de Azambuja salienta a importância da cooperação internacional em um contexto marcado pela globalização e abertura de fronteiras

MONJA COEN

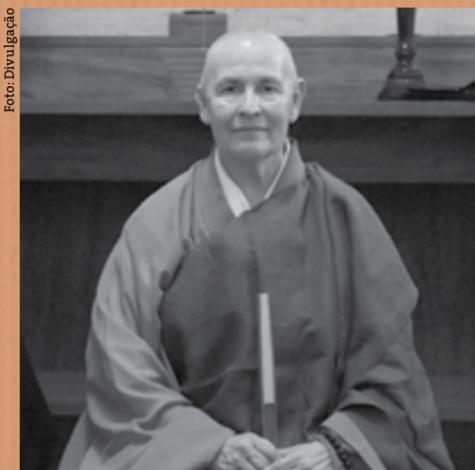


Foto: Divulgação

FUNDADORA DA
COMUNIDADE ZEN BUDISTA

É POSSÍVEL TRANSFORMAR ESTE PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DESCOBERTA INTERIOR?

Este momento pode facilitar as práticas de autoconhecimento. Conhecer a si mesmo é esquecer-se de si mesmo. Esquecer-se de si mesmo é ser iluminado por tudo o que existe. São frases do Mestre Eihei Dogen, fundador da Ordem Soto Shu, no século 18. Ensinaamentos que permanecem verdadeiros, assim como Sócrates que dizia “Conhece-te a ti mesmo”. Eis uma oportunidade que o isolamento social pode nos proporcionar. Em vez de querer se ocupar o tempo todo com múltiplas atividades, fiquem alguns momentos sem fazer nada. Olhem para o céu e deixem seus olhos descansarem no infinito. É hora de apreciar a vida e acalantar a esperança de que este vírus possa nos servir como um ensinamento para desenvolvermos o respeito, a amorosidade, o cuidado e o bem-estar de todos. Sabedoria e compaixão são os dois alicerces de uma vida plena, em qualquer circunstância.

APÓS O FIM DO ISOLAMENTO, QUAIS VALORES DEVEM SER PRIORIZADOS NA VIDA DAS PESSOAS?

Não sei. Posso esperar pelo despertar da humanidade. Humanidade no sentido da bondade, do cuidado, do respeito à vida em sua pluralidade. O vírus tem nos apresentado pessoas solidárias. Quando cuidamos de todos, estamos cuidando de nós.

O MUNDO SERÁ MELHOR APÓS O FIM DA PANDEMIA?

Que os seres despertem, que haja uma expansão de consciência tal que saibamos cooperar e colaborar uns com os outros, deixando de lado o egoísmo, a cobiça, a ganância, a raiva e a ignorância. Alguns irão despertar. Alguns já despertaram. Outros, talvez, demorem mais. Buda comparava os seres humanos a quatro tipos de cavalos. O primeiro, ao ver a sombra do chicote, galopa. O segundo precisa levar uma chicotada no lombo. O terceiro só galopa se o chicote rasgar sua carne. O quarto, só quando a chicotada chegar até o osso. Ou seja, alguns, percebendo a transitoriedade e a interdependência, são capazes de, ao ver a sombra do chicote, apreciar a vida em cada um de seus múltiplos momentos e a cuidar com respeito e dignidade de tudo e de todos. O segundo, só quando uma pessoa conhecida, embora não próxima, esteja contaminada ou morra. O terceiro só apreciará a vida e só fará o bem se morrer alguém muito querido e próximo. E o quarto é aquele que só será capaz de apreciar a vida e fazer o bem quando seu fim estiver próximo.

Comece a galopar com a sombra do chicote. Só que muitos de nós já estamos no terceiro cavalo, enterrando e nos lamentando por pessoas queridas que estão partindo.

Não sei prever o futuro. Nós, seres humanos, também esquecemos com facilidade. Para alguns será inesquecível, e talvez passemos a respeitar mais os elementos básicos da vida. Para outros, será um tempo monótono e estarão se entretendo e dormindo, para passar rápido e voltar a fazer o que antes faziam. Mas a vida não tem volta. O planeta Terra nunca gira para trás, para ontem. Só podemos ir adiante. Que esse ir adiante seja mais gentil, sábio e compassivo. Mãos em prece!

“O NEGACIONISMO É UMA FORMA DE CEGUEIRA PERIGOSA. O BRASIL SEMPRE FOI UM PAÍS QUE AGIU PARA O CONSENSO INTERNACIONAL E, AGORA, ESTÁ EM MÁIS COMPANHIAS, COMO A HUNGRIA E A NICARÁGUA. NÃO PODEMOS NOS ASSOCIAR A CONTRAVENTORES.”

MARCOS DE AZAMBUJA, diplomata,
ex-secretário-geral do Itamaraty
e ex-embaixador do Brasil
em Buenos Aires e Paris



MOBILIDADE NOS GRANDES CENTROS

A ação do Poder Público será decisiva para definir os novos padrões de mobilidade nos grandes centros urbanos. Durante a pandemia, o carro tem sido considerado um meio seguro de evitar as aglomerações do transporte coletivo e há o receio que a classe média intensifique o seu uso como forma de prevenção de contágio – o que especialistas consideram um retrocesso. “Pensar a mobilidade significa estabelecer horários escalonados de trabalho para evitar congestionamentos, repensar a frota de ônibus e planejar um novo modelo. O carro é um atrativo, mas as prefeituras devem aproveitar o momento e redesenhar o leito viário, com calçadas mais largas e espaço para transporte público de superfície”, defende o diretor do programa de cidades da ONG WRI, Luis Antonio Lindau. “No Brasil, os carros devem pagar por suas externalidades, já que são emissores de CO2. As medidas passam por ampliação do estacionamento pago e cobrança de taxa em determinadas áreas”, afirma o diretor. Ele cita como exemplo o que vem sendo feito em Bogotá (Colômbia), com a definição de linhas de ônibus essenciais, integração de trechos menos demandados com bicicletas elétricas em trechos finais e repavimentação de todo o leito viário.

Para o físico, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, José Goldemberg, a redução da poluição nas metrópoles estimula novas saídas. “A área de transportes representa entre 25% e 30% da energia consumida no mundo. Cidades, como Nova Déli, apresentaram significativa melhoria nos níveis de qualidade do ar, e estas condições precisam ser mantidas”, sugere ele. O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki vê o alto custo fixo de manutenção como um impeditivo para o crescimento no uso dos carros, já que as pessoas estarão com o orçamento mais curto: “O transporte compartilhado, dentro das normas de higiene, será uma opção.”

REFLEXOS POLÍTICO E ELEITORAIS

Autor do livro *A cabeça do brasileiro*, o cientista político Alberto Carlos Almeida aposta que o jogo político promete ser uma contínua queda de braço entre o presidente Jair Bolsonaro, que tem contestado as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e governadores e prefeitos, responsáveis pelas ações de controle da pandemia: “O momento exige articulação entre governo federal, Estados e municípios, mas isso não tem ocorrido. Com a deci-

são do Supremo Tribunal Federal (STF) em determinar a autonomia de Estados e cidades, os prefeitos saem na frente na corrida eleitoral, principalmente aqueles que estão alinhados com os governos estaduais, como é o caso de São Paulo.”

Devido ao curto período da campanha eleitoral e à restrição de mobilidade, Almeida acredita que haverá pouco espaço para desconhecidos do eleitorado, ao contrário das eleições estaduais de 2018, quando despontaram vencedores como Wilson Witzel, no Rio de Janeiro; Romeu Zema, em Minas Gerais; e o gaúcho Eduardo Leite.

No longo prazo, a tendência é que perdue a polarização entre os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro e seus adversários, com embates frequentes nas redes sociais. “Para Bolsonaro, Moro e João Doria são adversários a serem batidos no primeiro turno, mas o maior inimigo continua sendo a esquerda, em especial o PT”, diz Almeida. Para ele, ao Partido dos Trabalhadores resta torcer pelo aumento da rejeição ao presidente, no caso de eventual segundo turno. “Em governos anteriores, com um ano e meio de mandato cumprido, a avaliação sempre foi superior e em curva ascendente”, analisa, ao mencionar o apoio ao presidente estabilizado na faixa de 30%.

GEOPOLÍTICA GLOBAL

“O coronavírus registra o fim de um ciclo na história desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Agora, foi disparado um gatilho de transformações que já estavam ocorrendo e que serão aceleradas”, avalia o diplomata e ex-secretário-geral do Itamaraty e ex-embaixador do Brasil em Paris e Buenos Aires, Marcos de Azambuja.

Em seus 85 anos, Azambuja presenciou tanto a crise de quatro décadas entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética como os diversos confrontos no Oriente Médio, mas nada se compara ao quadro atual. Se, antes, os conflitos ocorriam por questões ideológicas, o cenário futuro prevê um acirramento que tem como pano de fundo a soberania das nações. Para o diplomata, como o planeta é marcado por globalização e abertura de fronteiras, é necessário que haja cooperação internacional, uma vez que fatos que acontecem

em um país repercutem nos demais. “Ocorre que nenhuma nação está disposta a abrir mão de sua soberania. O exemplo maior foi o Reino Unido e o movimento Brexit, por não aceitar certas condições da União Europeia. E há ainda o risco advindo da globalização de que o processo liberatório saia do controle e altere tradicionais configurações étnicas e demográficas dos países. Nem mesmo organizações como a ONU e a OMS são acatadas passivamente em suas orientações”, lembra.

Em relação ao Brasil, o diplomata é crítico à atual postura do Ministério das Relações Exteriores, especialmente no que diz respeito à pandemia: “O negacionismo é uma forma de cegueira perigosa. O Brasil sempre foi um País que agiu para o consenso internacional. Temos uma história de respeito aos direitos humanos e fortalecimento da democracia.”

MUDANÇAS NO CONSUMO

Um consumidor mais exigente com o preço, a qualidade e a higienização dos produtos convivendo com um varejo digitalizado: “O cenário já vinha se delineando antes da pandemia e, agora, vai se acelerar vertiginosamente, com o redesenho dos espaços físicos e o crescimento do e-commerce”, afirma o economista, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP, Antonio Lanzana.

Ele destaca que mudanças devem ocorrer no ramo da alimentação. Isso por causa da maior adesão ao modelo de home office e da dimi-

A filósofa e psicanalista Viviane Mosé acredita que a restrição nos fará sentir o gesto de um abraço, de ir a um show e de valorizar os artistas, que são aqueles que lidam com as emoções das pessoas

nuição do fluxo no transporte coletivo, o que afetará estabelecimentos que funcionam exclusivamente por pesagem, conhecidos como restaurantes “por quilo”. “Ganham na escala e tendem a servir menos clientes”, diz. Espera-se ainda uma retração no mercado imobiliário corporativo, com devolução de pontos comerciais tanto em shoppings como no comércio de rua.

O setor de turismo também será duramente impactado, principalmente os destinos internacionais, em razão das disparadas do dólar e do euro. Nas viagens domésticas, diz Lanzana, deverá haver preferência por destinos ao ar livre, em viagens rodoviárias: “Ninguém pode esperar que vá faturar o mesmo do que antes da crise.”

QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Antes de pensar no pós-pandemia, o morador da comunidade está preocupado como será o seu dia. “Nas favelas, não houve quarentena. É

lá que moram o motorista, o cozinheiro, a balconista e o motoqueiro entregador de comida. A favela se expõe ao risco e trabalha para a quarentena da classe média do asfalto”, observa o empreendedor social e fundador da Central Única das Favelas (Cufa), Celso Athayde – que promove ações de empreendedorismo nas favelas do País. Incentivador de ações digitais nas comunidades, Athayde enxerga o momento atual como um “início de caos” e teme pelo futuro: “Cerca de 50% dos moradores estão em atividades informais ou autônomas. Quem não quebrou, está agonizando. As pessoas terão que se reinventar, até mesmo nas relações sociais. O favelado vive em sensação de comunhão permanente com o vizinho, e não sei como será a intensidade de um abraço no futuro.”

Segundo dados do IBGE (2010), há 6.329 favelas no Brasil, sendo que em torno 22% da população do Rio de Janeiro vivem em aglomerados subnormais, como são tecnicamente nomeadas. Para minimizar a crise, a Cufa tem buscado grandes corporações para a doação de cestas básicas e alimentos. Até o início de maio, haviam sido arrecadados cerca de R\$ 60 milhões. “A maior crise que uma sociedade pode ter não é o coronavírus, mas é a crise de perspectivas. Se isso ocorrer, será uma convulsão, ninguém irá respeitar as regras. A favela só aceitou ser represada até hoje por acreditar que a vida vai melhorar. Quando você dá a cesta básica, e a favela aceita, é porque ainda acredita que há esperança”, ressalta Athayde.

COMO FICA A PRIVACIDADE?

Inicialmente prevista para vigorar em agosto deste ano, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi adiada para maio de 2021. Inspirada na General Data Protection Regulation (GDPR), da União Europeia, a lei tem por objetivo garantir que as informações dos usuários que estejam contidas no mundo digital não sejam compartilhadas para outras finalidades além daquelas para as quais foram fornecidas. Quando editada na Europa, nem se cogitava a existência do covid-19, mas, com a pandemia, surgiram indagações a respeito de como seriam tratados os prontuários das pessoas infectadas pelo coronavírus, já que estas informações são consideradas como “dados sensíveis”, ou seja, só podem ser tratados para outros fins em caso de situações de calamidade pública. Mas, como fica o sigilo nestas situações?

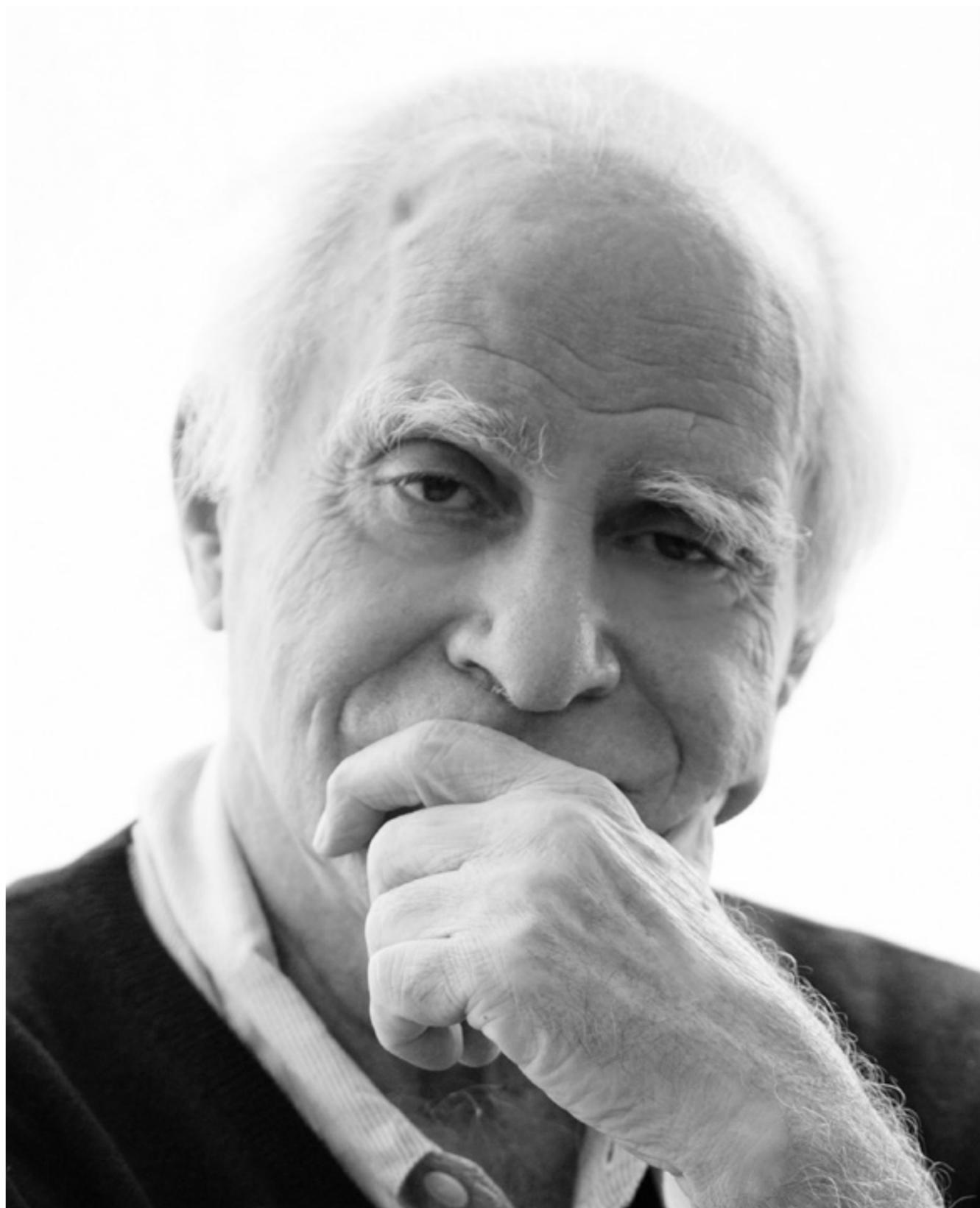
Para o advogado e sócio de tecnologia da informação do escritório Mattos Filho, Paulo

“VIVÍAMOS NA EXAUSTÃO DA VIRTUALIDADE, PRESOS ÀS REDES SOCIAIS E SEM VIDA AFETIVA. ISOLADOS, CHEGAREMOS AO EXTREMO.”

VIVIANE MOSÉ, poetisa, filósofa e psicanalista



&



Fotos: Divulgação / Editora Global

IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Nascido em 1936, em Araraquara (SP), Ignácio navega com maestria em praticamente todos os gêneros literários. É membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e teve o conjunto de sua obra agraciado com o Prêmio Machado de Assis. Em 2018, lançou *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*.

entrevista GUILHERME MEIRELLES

Aos 83 anos, Ignácio de Loyola Brandão está com medo. Enclausurado em seu apartamento, no bairro de Pinheiros (zona oeste de São Paulo), o escritor confessa que ainda não aprendeu a lidar com a sensação de conviver com a mortal presença invisível do coronavírus nas mesmas ruas e calçadas, por onde diariamente costumava passear. Nem mesmo a lembrança de um problema de saúde, na década de 1990, é comparável aos sentimentos que o vêm afligindo desde o início da quarentena. “Com o aneurisma, descobri que não tinha medo, porque eu nada podia fazer, não dependia de mim. Agora, depende de mim, da minha família, dos vizinhos, depende de todos. Cada passo errado, eu posso chegar a matar, posso morrer em seguida”, conta o premiado autor de mais de 40 obras, por e-mail, à **Problemas Brasileiros**.

Hoje, de sua janela, Ignácio observa o menor movimento dos carros e a rápida circulação de homens, mulheres, jovens e crianças com o rosto coberto, sem que haja ao menos um simples cumprimento de mão ou um abraço apertado. Talvez, de todo esse pesadelo, surja uma nova obra tratando da solidão das grandes cidades. Premonitórios, os livros de Loyola Brandão antevêm cenários e antecipam fatos. Sem estar ligado a ideologias ou partidos políticos, ele acredita no poder da escrita como ferramenta na formação da consciência. Mostra-se ao mesmo tempo cético e esperançoso. Tão logo o Brasil volte a entrar nos eixos, deseja retomar os gestos que mais lhe dão prazer: viajar, ler, reler seus autores favoritos e contemplar o sol e as montanhas.



Linha ideológica é um perigo para o criador. Sou isso, um criador. Todo escritor reflete o mundo em que vive. Ele não tem papel social. O escritor engajado é um perigo, distorce tudo em favor de sua linha política.

Propositadamente ou não, suas obras carregam um tom profético. Nos anos 1980, o senhor lançou *Não verás país nenhum*, que tratava do meio ambiente e do desmatamento de nossas florestas. Agora, coincidentemente em meio à pandemia do covid-19, chama a atenção o livro *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*, lançado em 2018. Nelas, há um tom profético e distópico. No momento atual, o que o inspiraria a desenvolver um novo livro e como ele seria batizado?

Estou duplamente aturdido com o que acontece. Há o covid-19 e o louco da caneta. Algo lá no fundo talvez me leve a seguir no caminho da vida em uma cidade vazia. O vácuo, o deserto, o silêncio, as pessoas ocultas nas casas. Talvez seja por aí.

Aos 83 anos, ter este lado profético o assusta ou o surpreende ao perceber que a realidade pode ser mais distópica do que a ficção, ainda mais pensando no coronavírus e no atual cenário brasileiro?

Por que haveria de assustar? Fico encantado, ainda que seja tenebroso. Acontece que desde os tempos em que li *Alice nos país das maravilhas*, *Alice no país dos espelhos*, li também *As viagens de Gulliver, 1984*, *As mil e uma noites* e *A metamorfose* – de Kafka. Desde que soube da *Terra do nunca* (com Peter Pan), li também *A utopia*, de Thomas More. Acontece desde que mergulhei em contos de fadas com gênios, gnomos, gigantes, quando penetrei *O senhor dos anéis*; *O mundo perdido*, de Conan Doyle; *Vinte mil léguas submarinas*; *Viagem ao céu*, de Monteiro Lobato; e *Beowulf*, de um autor anônimo. Há os contos de Lovecraft (que descobri quando editava a revista *Planeta* na década de 1970).

Li sobre bonecos de pau que falam, sapos que beijados se transformam em príncipes e centenas de outros. Vi que o absurdo, a anormalidade e o fantástico fazem parte

da literatura. Sempre uso o absurdo, abuso do imaginário. Basta olharmos pela janela para descobrir que o anormal acontece diariamente. Não tenho culpa se a realidade muitas vezes vem atrás de mim. Agora vi que há novo gênero, o doentio. Aquele em que os personagens (reais) são doentios. Um presidente ir contra todos os preceitos sanitários, sair à rua, tossir na mão e cumprimentar as pessoas e, acima de tudo, demitir um ministro que está trabalhando direito, tudo isso é absurdo, maluco. Mas essa é a realidade. Em meu recente romance *Desta terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*, imaginei a eleição do primeiro presidente sem cérebro do Brasil. Veja lá, um ano antes da eleição. Atirei no escuro e acertei, sabe-se lá por quê.

Em um período de isolamento social, como é o seu contato com o mundo exterior? O que o inspira a escrever?

O que vejo, observo, ouço, avalio, tudo o que me contam, o que leio, o que imagino, invento. Lourdes Prado, minha primeira professora no antigo primário [atualmente, ensino fundamental], nos dizia na hora de fazer a redação: “Inspiração, meus queridos, não existe”.

Falei disso no meu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, neste trecho: “É a descoberta de um assunto. Só que é uma coisa que não existe. Inspiração, meus caros, é uma coisa que vocês criam. Que todos podem criar. Não é um raio que vem do céu e vocês sentam e escrevem uma história ou um poema. É olhar tudo e perguntar o que é. É observar pessoas, lugares e acontecimentos e saber que aquilo é um assunto para poesia, conto, crônica. É perguntar, ouvir, olhar e olhar. Sobretudo escutar, escutem o outro. É ser curioso. Sem curiosidade você perde a maior parte das coisas que se passam na vida. Cada um constrói a inspiração, capturando-a, buscando-a na memória e nas lembranças”.

Fotos: Divulgação / Editora Global



Em abril, foram embora dois grandes escritores, ambos contemporâneos do senhor – Rubem Fonseca e Luiz Alfredo Garcia-Roza. Há nomes na literatura que podem ser considerados seus discípulos ou sucessores?

Minha amizade com Rubem tinha 50 anos. Vinha de 1976 quando fomos ambos proibidos pela ditadura. Ao longo da vida trocamos cartas, fomos a encontros literários, viajamos. Rubem no exterior era outro, era um performático no palco, dava entrevistas, gostava de comer, mostrava-se sedutor, encantava as mulheres, um sujeito que sacava rápido, era divertido, mordaz, irônico. O maior dos personagens que ele criou foi ele mesmo. Era sábio, às vezes irritante. Nunca conversávamos sobre literatura. Ambos tínhamos uma implicância em comum: os autores que chegam e contam o romance que escreveram ou que pretendem escrever, e falam horas e horas da própria obra e dos

prêmios. Quem vai suceder Rubem? Não sei. De repente, penso em Raphael Montes e Tony Bellotto. O importante é que Rubem criou seu estilo, sua forma, só ele tinha a receita. Quanto a Garcia-Roza, li somente um livro dele, e gostei, adoro policiais. Tinha carisma, era simpático, falava bem.

Em 1996, o senhor teve um aneurisma, o que deve ter provocado reflexões a respeito do sentido da vida e a sombra da morte. Como comparar aquelas sensações com o momento atual da pandemia?

Naquele ano, descobri por acaso, em um exame de rotina, que tinha um aneurisma na artéria cerebral direita. O aneurisma não tem sintomas. É chamado de assassino silencioso. Quando vem, mata ou o deixa lesado, incapaz. Operei, sobrevivi sem sequelas. Isso produziu um de meus livros mais vendidos, e, até hoje, recomendados pelos médicos que vão fazer intervenções de risco. No enredo, mostro como minha vida mudou, perdi certa ansiedade que me incomodava, decidi viver dia a dia com plenitude. Agora, não sei se a morte está aqui, vizinha. Minha experiência está em *Veia bailarina*, livro que acalma, suaviza, é bem-humorado, até parece autoajuda. Aquele foi um momento pessoal, uma angústia minha, solitária: será que vou morrer? Com o aneurisma, descobri algo essencial: a vida pode desaparecer em um instante. Portanto, desfrutar o momento presente, fazer o que tem de fazer logo. Quantas vezes a gente diz que vai telefonar para uma pessoa querida, não liga, e quando vê, ela morreu. Com o aneurisma descobri que não tinha medo, porque eu nada podia fazer, não dependia de mim. Agora, depende de mim, da minha família, dos vizinhos, depende de todos. Cada passo errado eu posso chegar a matar alguém, posso morrer em seguida. Ainda não sei lidar com isso.

Ao longo de sua vida, o senhor sempre buscou ter contato com diferentes culturas. Esteve em Cuba ainda nos anos 1970, morou em Berlim nos anos 1980 e até já percorreu a Amazônia em um barco-biblioteca. Quando a situação estiver normalizada, qual a primeira viagem que o senhor pretende fazer e por quê?

Irei para Cangalha, pequena região no sul de Minas Gerais, a 20 quilômetros de Aiuruoca,

e ficarei ali contemplando a Pedra do Papagaio – maior do que o Pão de Açúcar –, os olivais verdes, as montanhas e vales cobertos, que de manhã estão recobertos por nuvens, que depois sobem e se dissolvem. Ficar tomando leite puro e iogurte caseiro, comendo pão de queijo feito na hora, comendo legumes e vegetais da horta do quintal, ou frutas do pomar.

Leria da pilha que todo mundo amontoa: *M, o filho do século* (biografia de Mussolini), por Antonio Scurati; *O eremita viajante*, haicais de Bashô; *O revolucionário do tesão* (biografia de meu amigo Roberto Freire, que muito me ensinou), escrita por Paulo José Moraes. Leria ainda todos os contos de Lídia Jorge, maravilhosa portuguesa, cujos romances já li, e releria tudo de Valter Hugo Mãe. Pediria a Antônio Torres que me mandasse o original de seu novo romance, ainda não editado, mas pronto. Levaria *Os reis taumaturgos*, de Marc Bloch; tudo da historiadora Heloisa Starling; além das obras de Sidney Rocha e João Almino. Reteria tudo de Carson Mc Cullers e leria duas vezes *Angústia*, de Graciliano Ramos. E, finalmente *O motim na iha dos sinos*, de Mafra Carbonieri.

Depois passaria por Berlim, onde morei dois anos, e beberia bons vinhos e cervejas e comeria excelentes salsichas de várias regiões e me deliciaria com a compota de frutas vermelhas *Rote Grütze*. Iria ao parque público Tiergarten e lá tomaria o sol brando da primavera.

Nos últimos anos, o artista vem sendo tratado no Brasil como um vilão. Disseminou-se a crença que alguns artistas querem apenas “mamar nas tetas do governo”. Salas de cinema e teatros são fechadas para se tornarem igrejas. Como chegamos a essa situação?

Se mergulharmos na história das artes, veremos que o artista sempre é marginal e perseguido por governos. Da Vinci teve seus problemas, Michelangelo enfrentou o mau humor dos papas, Van Gogh nunca vendeu um quadro em vida, Orson Welles, depois de *Cidadão Kane*, só conseguiu fazer um filme digno: *A marca da maldade*. Zé Celso Martinez Corrêa foi preso e

exilado e teve uma peça atacada em pleno palco, sendo processado pela Igreja. Hoje, a cultura inteira está sob a mira de uma quadrilha de desclassificados ideólogos. Por outro lado, aqui, há quantos anos passamos a esperar tudo do governo, como se fôssemos um país socialista? Há quantos governos a cultura vem sendo preterida, esquecida, colocada de lado? Há quantos anos sumiram os investidores, os produtores teatrais, os cinematográficos, os musicais? Os que levantavam dinheiro, arriscavam, produziam shows, filmes e peças por conta própria (afinal, somos ou não somos capitalistas?), arriscando. Desconfio muito de arte amparada pelo governo, porque ele pode determinar rumos e ideologias. Vejam Cuba ou Rússia. Quantos milhões os musicais estrangeiros levantam e, na hora, do espetáculo cobraram ingressos de R\$ 200 a R\$ 500? Sim, os contextos políticos e econômicos mudaram. De décadas para cá, surgiram apoios governamentais. Mas o atual presidente busca combater a cultura, pois isso o incomoda. A arte, em todas as suas formas, desmascara os regimes e os sistemas.

Na segunda metade do século 20, havia um engajamento político por parte dos intelectuais – inclusive, Araraquara recebeu a visita de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir nos anos 1960. Hoje, qual o papel social do escritor? O senhor se enquadra dentro de que linha ideológica?

Linha ideológica é um perigo para o criador. Sou exatamente isto: um criador. Escrevo livros, e meus livros refletem quem sou, meu lugar, meu país, as pessoas com quem convivo. Todo escritor reflete o mundo em que vive. Ele não tem papel social. O escritor engajado é um perigo, distorce tudo em favor de sua linha política. Claro que durante a ditadura havia um belo grupo de escritores que era contra. Mas ninguém fazia panfleto ou procurava colocar armas nas mãos de ninguém. Apenas contávamos histórias refletindo o que acontecia e se passava, as dores, as alegrias e os sofrimentos do ser humano, dos brasileiros. Tolstói fez isso, e também Balzac, Dostoiévski, Soljenítsin, Shakespeare, Cervantes, Camus, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo. A arte reflete seu tempo, seja ele qual for.



Sempre uso o absurdo, abuso do imaginário. Basta olharmos pela janela para descobrir que o anormal acontece diariamente.

Em seu recente livro, o senhor cita Zygmunt Bauman: “Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar pode esperar respostas para os problemas que a afligem”. Em recente entrevista, o senhor detectou o surgimento de uma “desobediência civil” nos moldes de Henry Thoreau. O senhor acredita que há maturidade suficiente na sociedade brasileira para tal?

Difícil responder. Esperemos essa pandemia vir e passar. Veja o comportamento das pessoas. Há uma linha de defesa para salvarmos vidas, tanto as nossas como as dos outros. No entanto, boa parcela da população está indo para as ruas, pedindo o fim do isolamento, pedindo intervenção militar, pedindo fechamento da Câmara e do Supremo. Não basta o que sofremos entre 1964 e 1985? Não serviu de lição?

Aos 83 anos, qual o Brasil que o senhor ainda que ver? Há esperança de sua parte que haja mais preocupação com a desigualdade social? As pessoas serão mais solidárias com o próximo?

A conferir. Há movimentos belíssimos de solidariedade. Tomara nos acostumemos e que isso se torne normalidade.

Nos últimos anos, o senhor tem se dedicado à literatura infantojuvenil. Por que esse interesse? O objetivo seria formar uma nova geração de leitores?

Há anos atravessando este Brasil de ponta a ponta, tenho trabalhado na formação de leitores. Faço literatura infantil desde os anos 1970. É uma delícia, uma maneira de reviver, de contar. Escrevo para quem gosta de ler, independentemente de ser adulto, jovem, criança. Olhar para minha infância e torná-la literatura é uma forma de não ver perdido um tempo de minha vida que foi encantador, mágico. Recuperá-lo é como reencontrar a arca do tesouro.

No fundo, um livro como *Os olhos cegos dos cavalos loucos*, sobre meu avô, é principalmente para adultos, ainda que crianças o leiam com prazer. O Colégio Cervantes, em São Paulo, adotou o livro. Foi pedido aos estudantes: “Com base no que foi contado, que trabalho vocês fariam?”. A resposta foi maravilhosa, todos foram entrevistar seus avós com gravadores, celulares e filmadoras. E se maravilharam com a vida que os avós tinham tido, como contornaram problemas. Isso é formar leitores. Fiquei comovido. Foi tão bom quanto o Jabuti [*Prêmio*] que o livro ganhou.

Qual o legado que o senhor acredita que irá deixar para a literatura brasileira?

Acha que penso em legado? Seria muita pretensão. Escrevo. Conto histórias. Documento meu tempo, as pessoas, os fatos, a vida. Basta isso.



OS VULNERÁVEIS SÃO OS MAIS VITIMADOS

MARCELO PAIXÃO

é professor da Universidade do Texas (Austin) e presidente da Brazilian Studies Association (BRASA)

Esta não é a primeira pandemia que a humanidade enfrenta. Há cem anos, uma variante do vírus semelhante ao atual, imprópriamente chamada de “espanhola”, matou entre 40 e 50 milhões de pessoas. Elevadas concentrações demográficas, desigualdades sociais, colapsos ambientais e desarticulação política são cenários ideais para catástrofes. E, desde o começo deste século, as epidemias de Sars, H1N1, Mers e ebola, em diferentes proporções, já tinham ceifado a vida de mais de 200 mil seres humanos. Das diversas formas, a destruição do meio ambiente aumenta o contato do ser humano com animais selvagens e suas patologias. Foi assim com o HIV e a aids, por exemplo.

Neste momento, a medida racional mais imediata é o isolamento social para retardar a propagação da doença. Isso permite a reorganização do sistema público de saúde e a produção de equipamentos de proteção e respiradores em grande volume, assim como a aplicação de testes em vastos contingentes. Ocorre que enquanto as pessoas não trabalham, elas precisam se sustentar – e para isso seria necessário o estabelecimento de uma política universal de transferência de renda aos que estão fora da força de trabalho involuntariamente. Isso significa que o problema atual não é somente uma questão de inexistência de uma vacina.

A ONG divulgou em janeiro deste ano o relatório Tempo de Cuidar: O Trabalho de Cuidado Mal Remunerado e Não Pago e a Crise Global da Desigualdade, que indicava que os 2.153 bilionários do mundo detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Outro dado revelado foi que os 22 homens mais ricos do mundo se apropriavam de mais riquezas do que todas as mulheres que vivem na África. O mesmo estudo ainda apontava que metade da população no mundo sobrevivia com menos de US\$ 5,50 por dia. Ainda revelava que a taxa de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013. No Brasil, as tímidas medidas de distribuição de renda já foram em grande parte anuladas pelas crises política

e econômica, assim como pelas reformas trabalhista e previdenciária. Sem mecanismos para a redução das desigualdades sociais, com ou sem pandemia, estamos indo globalmente para um poço sem fundo. Na contramão, políticas redistributivas são ridicularizadas como populistas ou demagógicas.

Nos Estados Unidos, a taxa de vitimados pelo covid-19 é maior entre os negros, segundo dados oficiais. No Brasil, como mostram os números apresentados pelo Ministério da Saúde, ocorreu uma inversão do perfil social da moléstia, que começou atingindo segmentos com maior poder econômico, e passou a se propagar nas periferias. Em São Paulo, a taxa de mortalidade pelo vírus de uma pessoa de cor preta é 60% superior a uma branca.

O enorme poder de contágio do covid-19, pelo ar, se torna ainda mais dramático pelo fato de que um dos vetores de sua propagação são pessoas que não manifestam a doença e que, assim, não sabem ou podem ser dar ao luxo de não querer saber se estão contaminadas. Se essa moléstia pode causar o mal, mas não a mim ou aos meus, então ela não importa. A eugenia e o malthusianismo sempre foram recorrentes no imaginário das elites brasileiras.

Amplos setores da população brasileira são contra a distribuição de renda, os direitos humanos, a liberdade de imprensa e a igualdade de gênero. Parte expressiva desse mesmo segmento entende que é necessário que se imponha a perseguição aos dissidentes políticos. Mesmo sem covid-19 já pairava em todo o mundo, especialmente no Brasil, o fantasma da intolerância pelas vias do racismo e da xenofobia. Não é necessário bola de cristal para vermos que em pouco tempo o desespero coletivo se propagará e, com ele, a justificativa para uma brutal repressão.

Brecht dizia que infelizes eram as nações que precisavam de heróis. Nesse sentido, ao menos no País, a dupla luta, contra o vírus e a tirania, se mesclam em uma causa comum.

&

AMEAÇA À POPULAÇÃO INDÍGENA

A

As imagens de centenas de novas covas abertas em cemitérios de São Paulo rodaram o mundo, no início da devastação causada pelo novo coronavírus na maior cidade do Brasil. As cenas de desespero diante das mortes provocadas pelo covid-19 em Manaus (AM) se tornaram um exemplo das limitações no combate à doença em todo o País, que, em maio, passou a ser visto no resto do mundo como possível novo epicentro da doença. Por mais dramáticos que sejam esses casos, o foco da propagação nas cidades brasileiras ofusca um dos maiores problemas entre populações indígenas do Brasil: a pandemia se consolidou como uma verdadeira ameaça à existência.

O risco vivido por esses grupos, que vivem especialmente na Região Norte, se tornou pauta de grande atenção internacional em meio à cobertura sobre a doença no primeiro semestre deste ano. Segundo levantamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), até 8 de maio, o covid-19 já havia deixado 55 indígenas mortos em todo o País. Os dados divergem da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, que confirmava 16 mortos na mesma data. Por mais que o centro das atenções fosse a falta de ação política do governo brasileiro para reduzir impactos da pandemia, grandes publicações da imprensa estrangeira – como a rede de TV CNN, o jornal *The Guardian* e a revista *National Geographic* – passaram a publicar regularmente relatos sobre os riscos da doença para as comunidades indígenas.

A situação destas no interior do Brasil ganhou destaque em abril, com a morte da primeira vítima, um adolescente ianomâmi em Roraima. Na

época, o Ministério da Saúde chegou a falar em atenção especial a esses povos. “Cerca de 800 mil indígenas vivem em aldeias em todo o Brasil. Eles podem ser particularmente ameaçados pela pandemia, com algumas tribos que nunca tiveram contato prévio com o mundo exterior, e outras vivendo longe de instalações de saúde, sem instalações sanitárias básicas”, alertou a CNN.

Um dos principais alertas para a ameaça da pandemia entre os índios foi lançado mundialmente em maio pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, em parceria com personalidades estrangeiras, como o músico Paul McCartney, a apresentadora de TV Oprah Winfrey, e o ator Brad Pitt, entre outros artistas engajados. Eles assinaram uma carta aberta ao presidente Jair Bolsonaro, na qual alegavam que era preciso proteger esta comunidade de um “genocídio”. O texto lembrava da alta mortalidade causada por doenças trazidas para as Américas pelos colonizadores a partir do século 15. Alegava ainda que o novo coronavírus representa uma “ameaça extrema à sobrevivência dessas populações”.

Além do risco à saúde em si, a carta denuncia a perda de proteção dessas comunidades, pressionadas por interesses econômicos, pelo corte ilegal de madeira da região e pelo garimpo. “Comunidades indígenas nunca estiveram tão suscetíveis a ataques”, dizia a mensagem.

A questão dos impactos da pandemia acaba se misturando a uma preocupação generalizada de ativistas em relação à Amazônia. Desde 2019, com o registro de aumento de queimadas na floresta, cresceu no resto do mundo a atenção crítica em relação à destruição de áreas verdes no Brasil, e especialmente no que tange à postura do Palácio do Planalto. Com a propagação do novo coronavírus na região, a atenção à preservação da Amazônia se expandiu à ideia de proteger as populações historicamente ligadas a esse território de todas as ameaças à sua existência.

&

DANIEL BUARQUE

é jornalista e escritor. É doutorando em Relações Internacionais no King's College London, onde pesquisa a percepção externa sobre o Brasil

DESCONTOS
ESPECIAIS
INFORME-SE

 /SenacEADoficial

 @senaceadoficial

SOU GRADUAÇÃO SENAC EAD

Na Graduação Senac EAD, eu estudo de qualquer lugar, faço networking com alunos do Brasil inteiro e ainda tenho o mesmo diploma dos cursos presenciais. [#SouSenacEAD](#)

INSCREVA-SE JÁ.

ead.senac.br/graduacao

Senac EAD. **O mais completo.**


Senac

VITÓRIA FRENTE AO DESCASO

entrevista LÚCIA HELENA DE CAMARGO

A biomédica e pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Medicina Tropical de São Paulo da Universidade de São Paulo (IMT-USP), **JAQUELINE GOES DE JESUS**, ficou conhecida por ter liderado a equipe que, em fevereiro deste ano, fez em 48 horas o sequenciamento do genoma do novo coronavírus (covid-19), isolado a partir do primeiro paciente infectado no Brasil. O trabalho, realizado em conjunto com o Instituto Adolfo Lutz, contou com a participação da pesquisadora e diretora do IMT-USP, Ester Sabino.

POR QUE O SEQUENCIAMENTO DO GENOMA DO COVID-19 É IMPORTANTE?

Para entender as mutações pelas quais o vírus passou. Na comparação com cepas [tipos] de outros países, conseguimos traçar um histórico. Nosso trabalho revelou que o vírus que chegou ao Brasil era semelhante ao tipo sequenciado na Alemanha e na Inglaterra, mas bem diferente das cepas da China. Como sabíamos que chegou ao Brasil por meio de um paciente infectado na Itália, trocamos informações com pesquisadores italianos, que naquele momento ainda não tinham o sequenciamento completo. Existe uma longa distância entre sequenciar o genoma e criar a vacina, mas o sequenciamento ajuda como informação, para decifrar a resposta imune da proteína usada para entrar na célula humana. O que a vacina faz, basicamente, é estimular o organismo a criar anticorpos contra o vírus. Ao construir o mapa das mutações, nosso estudo poderá auxiliar na compreensão do comportamento do covid-19, o que é essencial para combatê-lo.

TUDO FOI EXECUTADO EM TEMPO RECORDE DE 48 HORAS, ENQUANTO A MÉDIA MUNDIAL PARA ESSE TIPO DE TRABALHO É DE 15 DIAS. COMO FOI POSSÍVEL?

Uma série de fatores ajudaram. Somos um dos pioneiros na utilização do método de análise que usa a tecnologia de sequenciamento conhecida como MinION, criada pelo Medical Research Centers, do Reino Unido, centro que desenvolve técnicas para monitorar epidemias em tempo real. Foi feito sob medida para a nossa equipe, que o usou desde 2016 para traçar a trajetória da disseminação do vírus da zica. Os protocolos são parecidos, então, nosso time, que é excelente, os adaptou para o coronavírus e fizemos a análise. E as tais 48 horas, tão noticiadas e comentadas, acabaram virando piada interna no laboratório. Porque normalmente conseguimos fazer em menos tempo. Na verdade, nesse caso sequenciamos em 24 horas. Apenas quisemos repetir os testes, por segurança, porque o primeiro tinha apenas 76% de cobertura. E fizemos questão de que fosse 100% completo. Assim, publicamos o resultado em dois dias.

O QUE A PANDEMIA MUDOU NA ROTINA DO SEU GRUPO DE TRABALHO?

Apesar da nossa linha de pesquisa principal se concentrar em arbovírus, principalmente aqueles hospedados em mosquitos [que originam doenças como febre amarela, chicungu-

nha, dengue e zica], neste momento redirecionamos esforços aos sequenciamentos do covid-19. Acabamos de analisar mais de 250 genomas de coronavírus. Logo, vamos publicar as conclusões em uma revista científica. Ainda não podemos revelar mais sobre isso, porque está em fase de revisão. A pandemia alterou todas as rotinas do grupo, que tem 15 pesquisadores. Atualmente somos apenas seis pessoas frequentando o laboratório. Quem tem família está em isolamento domiciliar. Não temos qualquer contato uns com os outros, mesmo assintomáticos. Não vamos para nenhum outro lugar que não seja o laboratório ou nossa própria casa. Nosso trajeto é controlado. Meus planos se resumem a continuar trabalhando, até termos um alívio na pandemia.

DESDE O ANO PASSADO, HOVE DIVERSOS CORTES DE ORÇAMENTO EM INICIATIVAS CIENTÍFICAS. COMO ESTÁ A SITUAÇÃO NA SUA ÁREA?

Felizmente, na minha área específica, que conta com financiamento estadual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), não tivemos cortes. Mas quem depende de financiamento federal está sofrendo muito. A Capes [agência governamental de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] cortou neste ano e no anterior mais de 50% das bolsas. Em geral, aliás, a vida do pesquisador não é fácil no Brasil. Não existe oficialmente a profissão de cientista, não temos carteira assinada, vínculo empregatício ou qualquer benefício. Apenas recebemos uma bolsa, que dura, em média, dois anos, e no caso do mestrado paga R\$ 1,5 mil por mês, e doutorado, R\$ 2,2 mil. E exigem dedicação integral. Quando acaba, a pessoa está desempregada.

Hoje, como bolsista de pós-doutorado, a situação melhorou um pouco. Mas a ciência não se faz do dia para a noite. Tenho 30 anos. Comecei aos 19. E passei por maus bocados. Além de toda a dificuldade, há na academia orientadores autoritários, que fazem assédio moral. Sofri com situações de estresse, racismo velado, preconceito por ser mulher, negra e nordestina. Guardo comigo relatos que dariam cadeia. Mas, como você faz? Vai denunciar quem é o responsável pelo seu recurso financeiro, correndo o risco de ter sua pesquisa interrompida e até cancelada? Não, apenas segue em frente. Por amor à ciência.

QUAL SERIA UM MODELO MELHOR?

Em países como Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, quando você está no doutorado, já é considerado funcionário do instituto no qual pesquisa. Tem salário, férias. E não se trata apenas de garantia financeira. Em grande parte dos países, há mais valorização da ciência. Durante minha pesquisa na Inglaterra, por exemplo, quando acabava um reagente [insumo fundamental nesse trabalho], eu descia ao depósito, no subsolo do mesmo prédio, e imediatamente retirava outros frascos. Aqui no Brasil, se falta uma enzima,

temos que esperar 45 dias para receber. Uma remessa chega a ficar tanto tempo presa na alfândega, que o gelo seco, que a mantém na temperatura certa, evapora e o produto perde a eficiência. Isso acontece frequentemente. São questões logísticas nas quais o Brasil ainda está muito atrás.

Precisamos de mudanças na legislação. Em 2015, o então deputado federal Romário chegou a propor uma lei para reduzir ou eliminar impostos sobre produtos médicos e laboratoriais e facilitar a entrada desses itens no País em relação à questão alfandegária. Não vingou o projeto, porque não era de interesse da maioria dos deputados.

QUAL SUA MAIOR PREOCUPAÇÃO NO MOMENTO?

Com as epidemias paralelas ao coronavírus que podem estar ocorrendo no Brasil, como a de dengue. Sabemos que todo ano, principalmente de dezembro a fevereiro, há aumento significativo nos casos. Mas os laboratórios que tradicionalmente fazem testes para essa doença estão ocupados testando o covid-19. A dengue está subnotificada; não temos dados. Esse vácuo vai impactar estatísticas e políticas de saúde. Entendo que neste momento temos questões mais urgentes para resolver. Estamos sofrendo com falta de máscaras, de respiradores, de equipamentos para combater o coronavírus. E não tem para onde correr. Sem saúde, você não consegue movimentar a economia. Nosso chefe de Estado, que despreza a ciência, agora está brincando com o Brasil. Como brasileiros, temos que seguir cobrando atitudes sensatas e melhores condições para todos.

COMO CIENTISTA, VOCÊ TEM ENXERGADO MUDANÇAS NA MANEIRA COMO AS PESSOAS ENCARAM A CIÊNCIA, EM RAZÃO DA PANDEMIA?

Fora a valorização dos profissionais de saúde, não [vejo] muitas mudanças. A população brasileira não conhece a ciência produzida aqui. Eu trabalho com isso há dez anos. Publiquei 50 sequências inéditas de febre amarela que ninguém no mundo fez igual. E só fiquei conhecida por sequenciar duas moléculas do coronavírus. Mas continuo com meus dois pés no chão. Sou cientista, não sou nenhuma famosa. Sei exatamente o que está acontecendo. O que fiz é importante, mas em termos de inovação não trouxe quase nada.

&

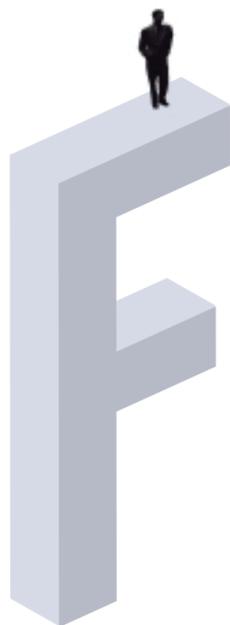




MENTIRA COMO ESTRATÉGIA DE PODER

Na política, o ato de omitir a verdade, tão antigo quanto a humanidade, faz parte da prática e foi considerado por Platão (427-347 a.C.) ferramenta indispensável para se governar. Com o avanço da tecnologia e da globalização, a ação foi sendo refinada e ganhou enorme poder de escala, influenciando preferências, formação de opinião, resultado de eleições, entre outras áreas sensíveis.

texto FILIPE LOPES | ilustração ALBERTO LINS



Fake news [em inglês “notícias falsas”] desafiam a capacidade crítica das pessoas e sobrevivem graças às convicções das chamadas “bolhas”, que são grupos nas redes sociais criados pelo alinhamento de pensamentos, ideologia, religião, gênero ou raça, que compartilham em massa informações que reafirmam suas crenças.

Antes de serem usadas como estratégia militante na política nacional, foram amplamente utilizadas em 2016, durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos, nas quais Donald Trump foi eleito. O então candidato se valeu da divulgação de histórias difamatórias de seus adversários, em um trabalho orquestrado pelo assessor político, Steve Bannon.

No Brasil, as eleições de 2018 marcaram seu uso coordenado para promover ideologias, denegrir adversários políticos e provocar medo nos eleitores. A diferença entre a mentira descrita por Platão e a atual “fábrica de *fake news*” é a profissionalização. Atualmente, empresas e profissionais especializados em criar e disseminar histórias falsas são contratados.

Entre as notícias falsas mais compartilhadas durante o pleito de 2018 estava uma teoria conspiratória, que revelava possíveis intenções do alto esca-

lão do Exército brasileiro de realizar novo golpe militar. Na mesma época, outra notícia foi o chamado “kit gay”: cartilha que teria sido distribuída na rede pública de ensino, pelo Ministério da Educação, durante o mandato de Fernando Haddad à frente da Pasta, para disseminação ideológica de gênero.

O caso brasileiro motivou a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *fake news* no Senado, que investiga a presença de redes clandestinas de divulgação de desinformação. A comissão, até o fechamento desta edição, em maio, já havia comprovado a contratação de empresas de disparo em massa de notícias falsas por partidos políticos, durante a campanha para as eleições de 2018.

“*Fake news* é uma falsificação de uma forma específica e histórica de relato. É de distribuição rápida, em escala enorme, a partir do advento do jornalismo”, aponta o jornalista e professor doutor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), Eugênio Buccì. Segundo ele, é errado dizer que existia *fake news* na Grécia Antiga, pois não se tinha registro de imprensa: “Havia mentira, mas não notícia. *Fake news* não é a tradução de mentira, mas um instrumento da mentira. A melhor tradução é notícia fraudulenta, que não é produzida por jornalista.”

Para o professor, “o problema que a *fake news* traz para a democracia é o mesmo dano que um vírus causa ao organismo vivo, pois tapeia o sistema imunológico e se aproveita da circulação interna desse organismo para se propagar. A *fake news* pode levar a democracia a um colapso grave, e fazê-la produzir o oposto da própria democracia.”

INFLUENCIADORES HORIZONTAIS

Para alcançar o maior número possível de pessoas, a preferência dos propagadores desse tipo de notícia é o WhatsApp, aplicativo com mais de 5 bilhões de usuários, ou 65% da população mundial, que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), soma 7,7 bilhões de pessoas.

O problema é que a plataforma se tornou fonte de informação no Brasil e muitas vezes não se sabe a origem e o propósito dos conteúdos comparti-

“O PROBLEMA QUE A *FAKE NEWS* TRAZ PARA A DEMOCRACIA É O MESMO DANO QUE UM VÍRUS CAUSA AO ORGANISMO VIVO, POIS TAPEIA O SISTEMA IMUNOLÓGICO E SE APROVEITA DA CIRCULAÇÃO INTERNA DESTES ORGANISMO PARA SE PROPAGAR.”

EUGÊNIO BUCCI, jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP)

lhados. A pesquisa Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade na Internet, realizada em 2019 pelo DataSenado, apontou que o WhatsApp é a principal fonte de informação para 79% dos brasileiros e 83% dos entrevistados consideram que as redes sociais influenciam muito a opinião pública.

Com posse de apenas o número de telefone, o aplicativo impacta rapidamente milhares de cidadãos e conta com uma barreira difícil de romper: geralmente as pessoas recebem informações denominados influenciadores horizontais (parentes, amigos ou grupos de confiança), que tornam os dados, automaticamente, incontestáveis.

No dia 7 de abril, o aplicativo limitou ainda mais os usuários que encaminham mensagens altamente replicadas, que são aquelas compartilhadas mais de cinco vezes e que têm maior chance de serem falsas. Atingido esse limite, o usuário pode compartilhar a mensagem apenas para uma pessoa, um grupo ou uma lista de transmissão. Em 2019, o limite havia sido fixado em cinco encaminhamentos por vez.

“Essas novas tecnologias parecem que detamparam o processo de difusão de mentiras e fomentam o descrédito das redações profissio-

nais e de tudo aquilo que seja visto como ‘sistema’. Existem campanhas contra a credibilidade da imprensa, como existem campanhas contra o Poder Judiciário. É uma crise de negação daquilo que é visto como ‘sistema’”, afirma Buccì. Segundo ele, “parece que as ‘bolhas’ só valorizam aqueles relatos que, mesmo sendo mentirosos, confirmam os preconceitos já existentes.”

Outro aspecto importante é a diminuição massiva de veículos de imprensa no Brasil. A terceira edição do *Atlas da Notícia* – base de dados criada para mapear as empresas produtoras de jornalismo no País – mostra que 331 veículos jornalísticos foram extintos, de 2014 a 2019, dos quais 195 (60%) eram da mídia impressa. O estudo revelou ainda que 62,6% dos municípios brasileiros não têm imprensa local.

Neste deserto de informação, a *fake news* surge como uma miragem, e muitos – principalmente aqueles grupos ligados a segmentos políticos – utilizam desse mecanismo para enfraquecer a prática jornalística. Segundo Buccì, esse movimento sempre existiu no Brasil, e a imprensa local nunca foi forte, mas a ausência de redações próprias deixa as pessoas mais vulneráveis à propagação da mentira, em especial na política: “O que é necessário neste momento, para combater notícias fraudulentas, é que o jornalismo de qualidade cumpra seu papel social.”

Para a cientista política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenado-

ra do curso de pós-graduação de Mídia, Política e Sociedade da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Rosemary Segurado, o declínio das mídias tradicionais tem relação com o crescimento das notícias falsas. “Há por parte de alguns setores políticos a intenção de minar os grandes veículos de imprensa e aumentar seu descrédito, para que as *fake news* tomem seus lugares”, aponta a pesquisadora. Tanto Buccì como Rosemary opinam que a postura ofensiva do presidente Jair Bolsonaro, em relação à imprensa, é um grande indutor de *fake news*.

Desde o início de seu mandato, o presidente acumula ataques diretos à imprensa, utilizando sua conta no Twitter para questionar a cobertura dos veículos jornalísticos e, até mesmo, compartilhar *fake news*. Segundo levantamento da agência Aos Fatos, de janeiro de 2019 a abril de 2020, Bolsonaro deu 912 declarações falsas ou distorcidas.

“Por mais contestável que seja a atuação da grande mídia, muitas vezes, enviesada, ainda há checagem dos fatos antes da publicação das notícias”, explica Rosemary. Além disso, se houver erro de apuração, o jornalismo prevê o direito de resposta, e o leitor será informado, por intermédio de errata, caso uma notícia falsa seja veiculada.

POSSÍVEIS PUNIÇÕES

A Lei n.º 13.834, de junho de 2019, alterou o Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 1965) e qualificou como criminoso o disparo de informações caluniosas com finalidade eleitoral. O art. 326-A prevê prisão de dois a oito anos para quem produzir e/ou divulgar informação falsa para caluniar a imagem de alguém, com fins políticos e eleitorais. A pena aumenta caso o agressor se valha do anonimato, com apelido ou nome falso.

A lei só vale para períodos de campanhas eleitorais. “Fora da época eleitoral, a prática deve ser denunciada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e será enquadrada como propaganda eleitoral fora do período permitido”, afirma o juiz auxiliar da presidência do TSE, Ricardo Fioreze.

Além disso, mesmo que uma pessoa seja denunciada durante a campanha eleitoral, não há

garantias que seja punida rapidamente, pois o processo de investigação e julgamento – com direito de defesa e sentença – tende a ser moroso. Segundo Fioreze, a preocupação do TSE é agilizar esse ritmo para reduzir os índices de impunidade: “Se conseguirmos envolver todos os atores nesse processo, como a polícia, esses casos podem ser enquadrados em flagrante e se tornarem passíveis de punição imediata”. O flagrante pode ser facilitado caso a identificação do acusado esteja disponível no veículo de propagação da *fake news*, como redes sociais, grupo de WhatsApp, entre outros.

No caso de denúncias durante períodos eleitorais, é preciso abrir boletim de ocorrência físico ou digital. O acusador deve apresentar todas as provas do crime aos policiais e aguardar a investigação. Após essa primeira etapa, o caso passa para julgamento no Tribunal Regional Eleitoral na área onde ocorreu, e, uma vez provado o crime, o réu será punido.

A legislação eleitoral, porém, não prevê sanção aos partidos políticos ou candidatos que se beneficiarem de alguma forma com as *fake news*. Eles só serão punidos pela lei caso fique provada sua participação direta no processo.

Fora do período eleitoral, se alguma pessoa ou instituição for vítima de notícias falsas na internet que difamem sua honra ou as acusem de algum crime inverídico, o Código Penal brasilei-

ro pode enquadrar os criminosos pelos delitos de ameaça (art. 147), calúnia (art. 138), difamação (art. 139), injúria (art. 140) ou falsa identidade (art. 307). No caso de vazamento de informações pessoais via dispositivos de informática (celular, computador, entre outros), a Lei n.º 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, prevê multa e detenção do criminoso por seis meses a um ano.

ALÍVIO NO CURTO PRAZO

A verdade continua sendo a única forma de combate às *fake news*, e muitas plataformas surgiram, de 2018 para cá, com o propósito de checar notícias falsas e indicar fontes seguras.

A Câmara dos Deputados criou o canal Comprove, que disponibiliza um número de WhatsApp para qualquer pessoa enviar notícias relacionadas à atividade legislativa para serem checadas. Segundo o diretor-executivo da Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais (Semid) da Câmara dos Deputados, Jorge Paulo de França Júnior, a intenção é desmentir *fake news* e convidar o público a se informar diretamente pelos canais oficiais: “Temos preocupação didática, de fazer com que se entenda o processo legislativo, que se saiba que o nosso portal é fonte de dados, que permitem a fiscalização das atividades parlamentares. Tudo isso está ao alcance do cidadão, mas a maioria desconhece.”

Desde as eleições de 2018, o TSE passou a desenvolver material de orientação para combater notícias que colocam em dúvida a lisura da urna eletrônica, a contagem dos votos e as regras e as punições sobre disparo em massa de propagandas políticas. “A grande mudança de atitude do tribunal foi desenvolver parcerias para desmantelar notícias falsas”, afirma o juiz auxiliar da Presidência do TSE, Ricardo Fioreze. O tribunal conta, atualmente, com 48 parceiros para checar informações.

Um dos parceiros do tribunal é o Boatos.org, site que permite ao internauta enviar o link de conteúdos duvidosos para serem checados por

BOAS PRÁTICAS

- Desconfie de mensagens alarmistas ou que se dizem “exclusivas”.
- Procure identificar a fonte da informação e pesquise sobre ela. É confiável? Tem conhecimento ou experiência para falar sobre o assunto da mensagem?
- Cheque se a notícia foi publicada em outros veículos de imprensa ou sites.
- Desconfie de textos com muitos adjetivos e daqueles que pedem para compartilhar com o “maior número de pessoas”.
- Duvide de textos mal redigidos, com muitos erros ortográficos.
- No caso de vídeos ou fotografias, observe detalhes que possam indicar que a imagem foi editada. Atualmente, é muito fácil fazer montagens em fotos e editar vídeos que modificam totalmente o sentido da frase utilizada por quem aparece na imagem.
- No caso arquivos de áudio, confirme a autenticidade da mensagem. A edição também é muito simples e pode ser adotada para prejudicar o emissor da frase.
- Não passe adiante mensagens de autenticidade duvidosa, ainda que concorde com o conteúdo.
- Leia a notícia até o fim.



uma equipe, formada por jornalistas profissionais. A plataforma, criada pelo jornalista Edgard Matsuki, checa um dado assim que é compartilhado nas redes sociais: “São várias etapas. O primeiro procedimento é ler atentamente o conteúdo para encontrar possíveis furos. Por incrível que pareça, muitos compartilham informações sem lerem o conteúdo com atenção”. O próximo passo é uma varredura na internet. “Pela minha experiência, 70% das *fake news* não resistiriam a uma busca simples pela internet, pois muitas informações já foram desmentidas pelas próprias vítimas ou por veículos de comunicação confiáveis”, esclarece o jornalista.

SOLUÇÃO PERMANENTE

Há um consenso entre os especialistas ouvidos pela **Problemas Brasileiros** de que a educação é o único caminho concreto para minimizar os impactos das *fake news* na sociedade. A educação midiática (ou alfabetização midiática), ainda pouco conhecida no Brasil, foi inserida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2008, dentro do caderno “Padrões de Competência em TICs [Tecnologias da Informação e Comunicação] para Professores”, que trazia diretrizes sobre como abordar o tema para desenvolver o senso crítico dos alunos no ambiente digital.

No Brasil, a reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental, em 2018, inseriu o jornalismo como conteúdo de Língua Portuguesa. As práticas jornalísticas e os impactos da mídia digital devem preencher 25% da disciplina. A inclusão abriu oportunidades para se discutir o papel dos jovens no mundo digital, para que usufruam da tecnologia de forma participativa.

Exemplo de projeto já em execução é o Educa-mídia, desenvolvido pelo Instituto Palavra Aberta, que oferece cursos e formação presencial com professores que treinam outros profissionais da

educação. “Lançamos, em 2019, um curso de educação a distância com 30 horas de duração, em parceria com a Fundação Vanzolini, sobre noções básicas de educação midiática para professores e já atingimos 6.8 mil inscritos até fevereiro, em nível nacional”, afirma a presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco.

Ela destaca as parcerias com secretarias estaduais de educação. “A primeira foi com o Estado de São Paulo, que nos permitiu incluir a disciplina eletiva Educação Midiática do 7º ao 9º anos das escolas estaduais”, conta Patrícia. Na disciplina obrigatória Tecnologia e Inovação, a educação midiática também está presente nos colégios paulistas com material sobre alfabetização digital.

A educação midiática pode ser desenvolvida desde o início da vida, segundo Patrícia, porém, aos 9 anos, a criança começa a ter autonomia para acessar a internet sozinha, muitas vezes sem o monitoramento dos pais, e precisa desenvolver o senso crítico. Estudo da Universidade Stanford de 2016, constatou que 80% dos jovens não sabem diferenciar conteúdos jornalísticos, publicitários, opinião e influenciadores digitais. O levantamento foi feito com 7.804 estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior em 12 Estados americanos. “A criança nativa digital já nasce sabendo mexer nas novas plataformas, mas, apesar da afinidade com a tecnologia, ela é totalmente inocente ao conteúdo destas plataformas e precisa ser ensinada para ter senso crítico”, ressalta Patrícia.

Rosemary, da PUC-SP, destaca que neste momento de incertezas políticas, econômicas e socioeconômicas, a educação midiática tem papel essencial: “Não somos alfabetizados para entender os meios de comunicação. A educação midiática é fundamental para o cidadão desenvolver o senso crítico, não apenas para desmentir *fake news*, mas para refletir sobre a sociedade em que vivemos.”

A educação midiática, segundo Bucci, ainda está em fase inicial no Brasil, mas é o caminho mais indicado para formar uma sociedade blindada às ambições de poder subjacentes às *fake news*: “Estamos em um ambiente hostil e inóspito, onde o poder declaradamente não gosta da imprensa e a combate, mas a democracia precisa desse tipo de iniciativa para preparar o cidadão crítico para lidar com essas questões.”



“A CRIANÇA NATIVA DIGITAL JÁ NASCE SABENDO MEXER NAS NOVAS PLATAFORMAS, MAS APESAR DA AFINIDADE COM A TECNOLOGIA, ELA É TOTALMENTE INOCENTE AO CONTEÚDO DESTAS PLATAFORMAS E PRECISA SER ENSINADA PARA TER SENSO CRÍTICO”

PATRÍCIA BLANCO, presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta

UM BRASIL

Em tempos de isolamento social, sentimos falta do aperto de mão, do olho no olho, da rica troca de experiências de cada gravação. O ajuste das luzes e dos microfones e as câmeras em ação. Tudo isso, de repente, passou a não ser mais possível. Mas, ainda que distantes, mantemos o que realmente importa:

O DIÁLOGO E O DEBATE DAS IDEIAS!

WWW.UMBRASIL.COM



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP

CARLOS
EDUARDO
LINS DA SILVA

é jornalista
e professor
do Insper

JORNALISMO E DEMOCRACIA

Nos Estados Unidos, desde o início da colonização europeia jornais passaram a circular em pequenas comunidades. Como dizia Alberto Dines, um dos mais importantes jornalistas da história da profissão no Brasil, em quase todas as cidades, por menores que fossem, havia ao menos três instituições: o bar, o xerife e o jornal.

Isso fez com que o jornalismo se enraizasse no cotidiano da cidadania naquele país, o que não ocorreu entre os brasileiros. Dines também creditava a essa onipresença de jornais o bom funcionamento e a força da democracia americana.

No Brasil, por diversas razões, as coisas não se passaram da mesma forma. A imprensa demorou para chegar aqui porque as atividades econômicas na então colônia não justificavam sua instalação. Os colonizadores também não tinham aspirações culturais que os fizessem desejar a impressão de livros. Seguramente, Lisboa tampouco desejava incentivar que os residentes no Brasil se animassem a produzir jornais ou panfletos que pudessem contradizer ou enfraquecer as diretrizes da Coroa.

De fato, o jornalismo só se estabeleceu como atividade econômica no País em meados do século 20. Antes disso, ele foi exercido em geral apenas por iniciativa política ou ideológica. Não se tratava de uma atividade lucrativa. Quando se firmou, concentrou-se nas grandes cidades, onde havia negócios capazes de sustentá-lo. Alguns municípios de porte médio também conseguiram estabelecer periódicos importantes. Mas isso não durou muito.

As oportunidades econômicas para o crescimento do jornalismo independente, em cidades e regiões que até então nunca o haviam experimentado, só começaram a ocorrer nas décadas de 1990 e 2000, quando o País viveu o período de maior prosperidade, melhor distribuição de renda, ampliação do mercado consumidor e mais possibilidade de acesso à cultura. Infelizmente, esse também foi o período em que o aparecimento e posterior espraiamento quase uni-

versal da internet puseram em xeque o modelo de negócios do jornalismo baseado no anúncio para grandes públicos leitores.

Além disso, a segunda década do século 21 foi a pior em termos econômicos da história nacional, o que fez com que muitos dos veículos de municípios menores, alguns com histórias longas de vida, se vissem obrigados a encerrar atividades ou diminuí-las drasticamente.

Hoje, segundo levantamento feito pelo *Atlas da Notícia*, elaborado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), 62% dos municípios brasileiros não têm cobertura jornalística, e 18% da população carecem de acesso a jornalismo local.

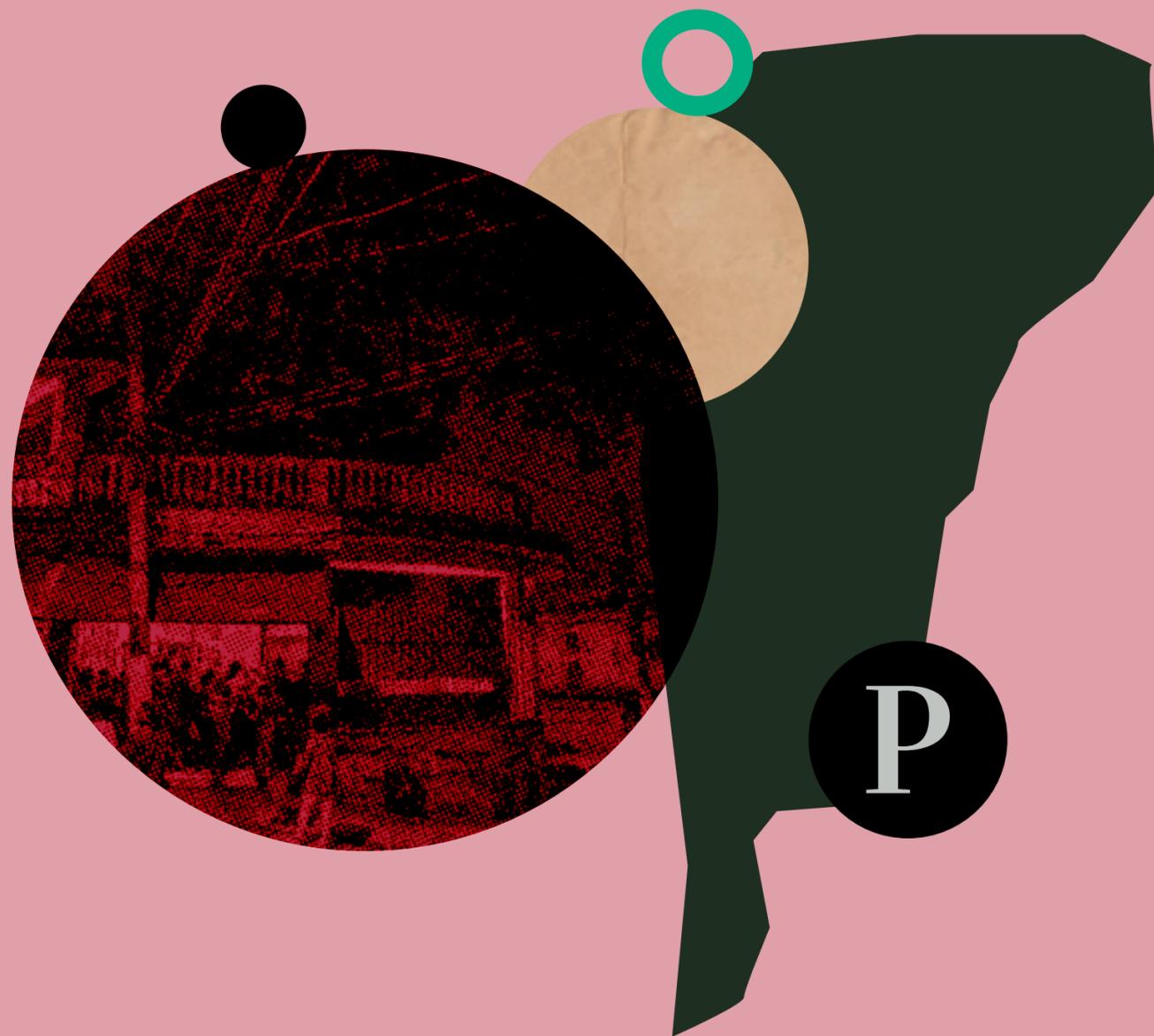
Evidentemente, isso enfraquece dramaticamente a construção da democracia no Brasil. O jornalismo independente é agora mais importante do que nunca para a cidadania. A desinformação que grassa nas plataformas das redes sociais só pode ser combatida com o trabalho responsável da imprensa, como se comprova na crise da pandemia causada pelo novo coronavírus.

No entanto, embora o consumo de jornalismo tenha batido todos os recordes neste ano, a situação econômica das empresas responsáveis por ele nunca foi tão ruim devido à recessão profunda que a crise da saúde ocasiona. Isso ocorre em todo o mundo. Nos Estados Unidos, a imprensa local está sendo obrigada a demitir e cortar despesas básicas, e muitos veículos deixaram de operar em definitivo.

No Brasil, essa situação é ainda mais lastimável, porque o papel da imprensa independente nas eleições municipais de 2020 é essencial para o eleitor fazer suas escolhas.

A situação não é promissora. Mas o jornalismo deve continuar tentando cumprir o seu dever de bem informar.

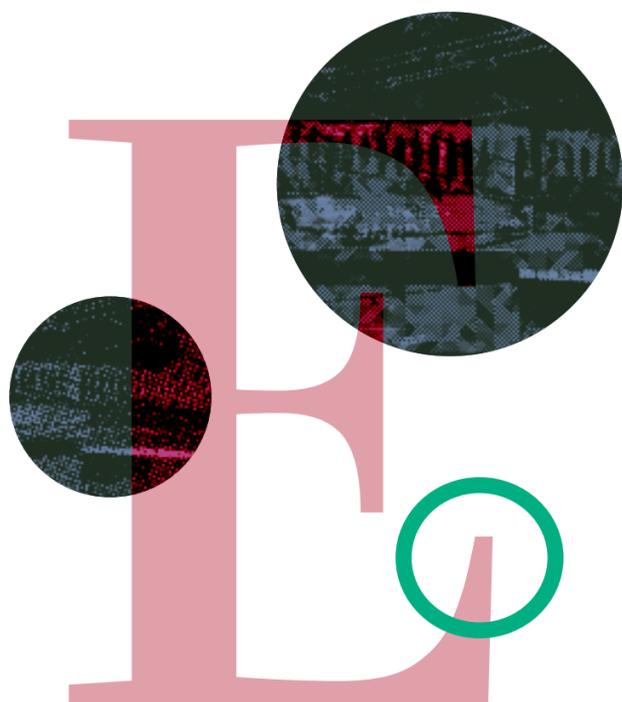
&



POÉTICA PERIFÉRICA

No princípio, era o Sarau da Cooperifa, em São Paulo. Hoje, 18 anos depois, a poesia e a prosa nascidas na periferia continuam brotando, mas se espalharam pelo País. À frente das ações, estão artistas que ganham voz e identidade em centenas de eventos e produtos culturais. Nascidos nas quebradas, rimam contra o que vivem: exclusão social, homofobia, genocídio, racismo e feminicídio, entre outras mazelas. E atraem cada vez mais espectadores, desde vizinhos até moradores de bairros sofisticados ou pesquisadores acadêmicos.

texto ROSELI LOTURCO | ilustração TIAGO ARAUJO | fotos CHRISTIAN PARENTE



Essa estética literária tem duas fontes: o sarau, que é uma reunião durante a qual poetas e escritores declamam ou leem suas obras, e o slam, que consiste em uma competição de poesia falada.

O Sarau da Cooperifa (Cooperativa dos Poetas da Periferia) foi o berço desse movimento e em 2020 completa a sua maioridade, como gosta de dizer um de seus principais idealizadores, o poeta Sérgio Vaz [box 2]. Com 18 anos de vida, lota toda terça-feira o Bar do Zé Batidão, no Jardim Guarujá, extremo sul da capital paulista. “No primeiro sarau deste ano, havia mais de 300 pessoas, mas a média fica entre 120 e 150. Na lista de poetas que vão declamar, chega a constar mais de 60 inscitos”, conta Vaz.

Ao longo desses 18 anos, um dos maiores advenços provocados pelo movimento foi incitar seus protagonistas a viverem de sua arte. Kimani, nome artístico de Cinthya da Silva Santos, de 27 anos, moradora do Grajaú, no limite sul da capital, além de tirar seu sustento de sua criação como poeta e rapper, trabalha produzindo artistas que também vieram de bairros distantes do centro.

Com pelo menos três slams por semana e dois saraus por mês na agenda, ela começou a escrever poesia aos sete anos para os pais e, em 2017, participou da oficina de escrita para mulheres negras, ministrada pela poetisa Ryane Leão, no centro. “Foi meu primeiro contato com a poesia marginal. Descobri como se diferenciava das outras escritas. Muito mais próxima da nossa realidade. Usa termos informais, da vivência de onde

eu vim. Foi quando comecei a participar dos slams com as minhas poesias”, diz Kimani. No mesmo ano, venceu o Slam SP, competição estadual de poesia. De lá para cá, não parou. Foi vencedora do Slam BR – etapa nacional – em novembro de 2019 e participou do evento global, que aconteceu online, em maio.

“O slam foi o palco para as minhas descobertas e meu fortalecimento, um processo de me ver, me revelar. O que estou fazendo no mundo? Eu me vejo nos outros também, e isso cura a gente. A gente fala de coisas que mexem com os outros e ouve coisas que mexem com a gente”, diz a poetisa, que se prepara para lançar o seu primeiro EP [CD menor, com cinco faixas] pela Mandril Audio, onde trabalha. “O estúdio me convidou para trabalhar como artista e produtora de artistas que têm a mesma origem que eu. A Mandril faz minha produção musical, assessoria de imprensa e cuida da minha agenda”, explica a artista.

Para o poeta Márcio Ricardo, de 29 anos, declamar poesia, ser ouvido e aplaudido salva quem passa por dificuldades. Freqüentador assíduo há nove anos do Sarau da Cooperifa e de diversos slams em São Paulo, aprendeu a rimar aos seis anos, quando a professora lhe mostrou como eram compostos versos e rimas. “Gostei. Era uma linguagem que eu não entendia. Mas como sabia rimar, fazia a primeira estrofe retratando os meus problemas e, na segunda, tentava resolver”, lembra o poeta.

Como era tímido, Márcio Ricardo escrevia e nunca mostrava para ninguém. “Quando comecei a ir à Cooperifa, só ouvia e admirava, mas achava que não era capaz de falar. Um dia colocaram meu nome lá para declamar”, diz o autor de *Felicidade brasileira*, livro que publicou pela editora FiloCzar, em 2013.

Morador do Grajaú, ele é rapper, tem quatro CDs gravados e já fez mais de mil palestras em escolas públicas e privadas. “Eu vivo da arte, da poesia e da música. Não é fácil, mas a gente tem que acreditar no nosso sonho. Agora vou ser slammer master [organizador do slam], porque quero ampliar os palcos para que outras pessoas apresentem seus poemas”, diz ele, antes de afirmar que, em 2019, foi o brasileiro que mais ganhou slams no País.

Mas o palco nem sempre é só para quem escreve poesia. Dona Edite, de 77 anos, é uma história à parte. Quando começou a frequentar a Cooperifa, em 2006, sentiu como se estivesse recuperando a visão. Vítima de um glaucoma, em decorrência de diabetes e catarata, é sempre recebida ao palco do sarau com muitos aplausos enquanto a plateia grita: “Uhuu, dona Edite!”. Os mesmos fãs silenciam logo para ouvir a voz forte e bem entoada de sua participante mais longeva. Há mais de dez anos sem enxergar, dona Edite conta com a ajuda da sobrinha de 36 anos, que grava os poemas para que possa ouvir e decorar.

“Tenho muitas poesias no meu gravador. A minha sobrinha pesquisa poemas novos, grava e manda pra mim. Também compro os livros de lançamentos da Cooperifa e mando para ela”, explica dona Edite. O poema “Literatura das Ruas”, de Sérgio Vaz, é um de seus preferidos. Além de *habitué* do sarau, ela participa de outros eventos culturais e dá palestras em universidades, casas de cultura, unidades do Sesc, teatros e escolas públicas. Sempre para declamar e falar sobre a sua

BOX 1

FOCO ACADÊMICO

“O crescimento do interesse acadêmico sobre a temática, com dossiês em revistas científicas, grupos de trabalho em eventos, expressivo número de teses e dissertações sobre o tema, e a presença de autores da periferia em programas de cursos de graduação e pós-graduação, ainda que tímido, revela a importância e força desse movimento”, diz a antropóloga e pesquisadora de pós-doutorado do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), Érica Peçanha.

Ela cita a criação, ao longo do tempo, de políticas culturais específicas para atender a algumas das demandas desses artistas e produtores, assim como sua circulação em equipamentos culturais públicos e privados. Suas teses de mestrado, doutorado e pós-doutorado passam pelo tema. Uma de suas fontes de pesquisa, especialmente para o doutorado, foi a Cooperifa.

Atualmente, ela se dedica às pesquisas para o pós-doutorado, no Instituto de Estudos Avançados da USP. Seu foco é resgatar tudo o que já foi produzido pela academia sobre a literatura periférica: “Já levantei 75 dissertações e teses defendidas no Brasil, entre 2004 e 2018.”

história de vida: “Muita coisa mudou a partir da Cooperifa. Nunca pensei em chegar aonde cheguei.”

MUITO ALÉM DO SARAU

Trabalhando como arte-educador há 13 anos em comunidades de Fortaleza, o poeta e músico Parahyba de Medeiros, 60 anos, montou a companhia Bate Palmas, que realiza, uma vez por mês, desde 2012, um sarau de poesia, música, dança e teatro. A iniciativa funciona em um antigo terreno do Conjunto Palmeiras, na região do Jangurussu, fronteira ao sul da cidade, e conta com oficina de confecção de instrumentos de percussão e aulas de formação musical e montagem de espetáculos para os jovens da área.

“Chamamos grupos de poetas e artistas do Ceará, geramos uma onda periférica. Quando a casa está muito cheia, vamos para a praça em frente para que todos possam participar”, diz Medeiros. Os encontros reúnem cerca de 200 pessoas e, ao mesmo tempo do sarau, outras salas exibem exposições de artes e vídeos produzidos por pessoas das áreas carentes do próprio entorno.

O grupo Palmeiras é um dos mais organizados entre os grupos locais e possui até instituição financeira de economia solidária, o Banco Palmeiras. “No início, o banco custeava parte do projeto, mas agora somos autônomos. Quando nos apresentamos em outros lugares, recebemos cachê; no sarau, não. Lá fazemos na raça, pois é o palco da periferia, que nunca tinha escrito antes do hip hop. Com os saraus, isso desabrochou. Tanto que montamos uma biblioteca que fica à disposição da população”, conta o arte-educador.

Para ele, o que há de mais enriquecedor nesses eventos é a mudança provocada nas pessoas. Muitos nem sabem que são artistas quando chegam. É o caso de Ana Kássia Silva de Oliveira, de 28 anos. “Quando chegou no sarau, era muda, não respondia. Só balançava a cabeça. Agora, se transformou em uma pessoa forte e corajosa”, lembra Medeiros, para quem o sarau contagia e “empodera”.

A evolução de Kássia impressiona. Primeiro, criou o grupo Batuque de Mulher, com integrantes de todas as idades. “Também trabalhamos com crianças e adolescentes no Projeto Palmeiras, e, hoje, ajudo na organização do sarau”, conta a jovem negra da periferia, que hoje integra o conselho editorial do jornal *O Povo*, tradicional em Fortaleza. Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Ceará (UFC), trabalha como produtora cultural no Sesc. “Sou engajada na produção cultural periférica. E isso fortalece a minha formação profissional, minha articulação dentro da comunidade e amplia minha visão”, afirma Kássia, que formou cerca de 150 crianças e adolescentes nos projetos sociais que coordenou nos últimos dois anos. O seu sonho é fortalecer a casa Bate Palmas para que abra todos os dias: “Os recursos que obtemos com os nossos shows mantêm a casa funcionando só três vezes por semana, e nos revezamos nas oficinas, pois todos trabalham. Mas queremos atender mais ativamente.”

AOS PÉS DA COMUNIDADE!

“NA PERIFERIA TEM BAR E IGREJA. NÓS SOMOS A TURMA DO BAR, NOSSO CENTRO CULTURAL, ONDE A LITERATURA PODE SER FEITA. QUEREMOS DESSACRALIZAR A LITERATURA NA COOPERIFA”, DIZ O POETA SÉRGIO VAZ, EM ENTREVISTA À **PROBLEMAS BRASILEIROS**. TENDO A POESIA COMO UM DE SEUS PILARES, O SARAU DA COOPERIFA CONTOU COM DOIS POETAS COMO SEUS IDEALIZADORES: ALÉM DE SÉRGIO VAZ O OUTRO POETA FOI MARCO PEZÃO, FALECIDO EM 2019.

Qual a importância do Sarau da Cooperifa?

Lá, muita gente da periferia descobriu que tem voz e ela é ouvida. Todo mundo ensina e aprende. Tiramos a poesia do pedestal e abraçamos os pés da comunidade. Descobrimos que somos artistas e cidadãos.

O sarau expressa a resistência frente ao abandono do Estado?

Foi a resposta ao governo: somos da periferia, e daí? Vamos fazer do nosso jeito. Quando surgiu, o sarau inaugurou a nossa primavera periférica. O governo não olha para nós, e a cultura da periferia deu um basta. Reclamar como sempre e agir como nunca.

O sarau vem sendo copiado por bairros nobres. O que a periferia ensina?

A mensagem da periferia é: se o Estado não for ajudar, que não atrapalhe. Porque se a gente tiver dinheiro, vai fazer. Se não tiver, vai fazer também. É possível fazer cultura e sarau em um boteco. É possível fazer cultura sem editais, ainda que eles sejam importantes.

Há quem diga que o sarau é o palco da periferia. Por que é importante?

A gente resgata as tradições antigas. Foi a palavra que nos levou à literatura, não o livro. Toda terça, trabalhadores e trabalhadoras se reúnem para falar de poesia. É uma revolução. A autoestima está no sentido de “eu tenho o que falar porque tem gente

para ouvir”. Por muito tempo a periferia ficou ouvindo a voz da classe média, agora, não. A partir do hip hop a gente começa a falar o nosso dialeto, o jeito de fazer teatro, dança e poesia. Isso é autoestima. A gente se reconhece como povo. Quando eu era mais jovem, não tinha referência literária do bairro. O hip hop inaugura isso. Ídolos que moram em Capão Redondo, Itaquera, Jardim Guarujá, não são ídolos; são parceiros.

Lançamentos de livros e CDs em saraus realizados em bares, em vez de centros culturais, não afasta a periferia de espaços públicos?

O ambiente frio e elitista da livraria assusta muita gente. Não é à toa que o mercado está em crise: 90% dos livros vendidos são de homens brancos porque não quiseram os livros das mulheres, dos negros, dos periféricos. Nos saraus, não escolhemos a cor de quem escreve. Basta entrar na fila. Não sendo racista, homofóbico e machista, tudo certo.

Como surgiu a ideia do Sarau da Cooperifa?

A Cooperifa surgiu primeiro. Depois veio o Sarau em um galpão de uma antiga fábrica, em Taboão da Serra. Realizávamos eventos parecidos com a Mostra Cultural que fazemos hoje. Fundei o Sarau em outubro de 2001, com o Pezão, para falar e ouvir poesia. Ficamos um ano e meio em Taboão e, em 2002, fomos para o Bar do Zé Batidão, no Jardim Guarujá. Para nossa surpresa, os poetas começaram a chegar de todos os lugares. Todo mundo tinha poesia, mas não tinha espaço.

O que mudou nesse período?

Muitos jovens que passaram por lá hoje são formados, com mestrado ou doutorado. Nem falo de quem escreveu livro ali. Foi por intermédio da poesia que falaram, ouviram e aprenderam a lição maior: estudar. Hoje, quando vou às escolas da quebrada, os alunos nos conhecem. Os professores levam os alunos ao Sarau da Cooperifa, não em parques de diversão. Eles se mobilizam por um evento da própria periferia.

Quais as outras frentes de atuação?

Tenho o projeto contra a violência. Há oito anos, visito uma escola por semana. Provoco os alunos a lerem, escreverem e escutarem poesia. Eu me sinto um missionário ou psicopata da poesia. A gente escreve para a periferia, e se eles não forem ler, não faz o menor sentido. Desde 2007, tem também a Mostra Cultural, que está na 13ª edição e dura oito dias. É feita em parceria com as escolas e com grupos de teatro, dança, palestrantes e poetas.

Quais as novidades para 2020?

Inauguramos um clube de leitura mensal, aos sábados, das 10h às 16h, que termina com show e feijoada literária. Passamos o dia falando de livros e autores, porque estão faltando ideias. Tudo na Laje do Batidão. E tem o Cine na Laje, que é quinzenal e gratuito, com conversas sobre os filmes na sequência [*programação suspensa em razão da quarentena*].

O número é crescente e revela o interesse das universidades na produção literária marginal. O pesquisador, doutor em Antropologia e Sociologia e pós-doutorando em periferias das metrópoles pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e pela Universidade de Lisboa, João Lindolfo Filho, defendeu, em 2002, sua primeira tese sobre o tema. Para ele, saraus e slams são respostas ao genocídio programado que vitimam diariamente os moradores das áreas mais carentes: “Esses outros saberes periféricos que trazem à luz a rebeldia e a resistência são a resposta e a ratificação à perspectiva da pedagogia do oprimido, do [educador] Paulo Freire. São eventos necessários e revolucionários, que travam luta e trazem luz às suas experiências.”

O estudioso acha natural que cultura da periferia conquiste moradores de bairros mais nobres. Em uma dinâmica idêntica à ocorrida com o rap, o hip hop e o funk, a poética periférica já se impõe em áreas centrais da capital paulista, como República, Praça Roosevelt, Bela Vista, e alcança bairros nobres, cuja lista inclui Pinheiros, Vila Madalena e Moema. “Até porque aquilo que é essencial e estrutural, que é a humanidade das pessoas trazida à luz, interessa a qualquer ser humano que tenha o mínimo de sensibilidade”, reflete o pesquisador.



SLAM DAS MINAS

“No slam quem vence é a poesia!”, é uma das frases repetidas pelas participantes que, invariavelmente, leva o público ao delírio. Movimento criado para fazer frente ao “machismo” da competição, os slams das minas se espalham pelo território nacional e têm em comum a participação exclusiva de mulheres da periferia, negras na maioria.

“Em 2015, as mulheres da literatura marginal fizeram uma *hashtag* na qual acusavam os comportamentos machistas e houve muitas denúncias de saraus e slams que ganharam proporções nacionais. Os casos mais fortes foram em São Paulo”, diz a poeta Carolina Peixoto, de 29 anos. Ela, que começou a distribuir e declamar seus versos no transporte público paulistano, é uma das idealizadoras do Slam das Minas SP, ao lado de Mel Duarte, Luz Ribeiro e Pam Araújo.

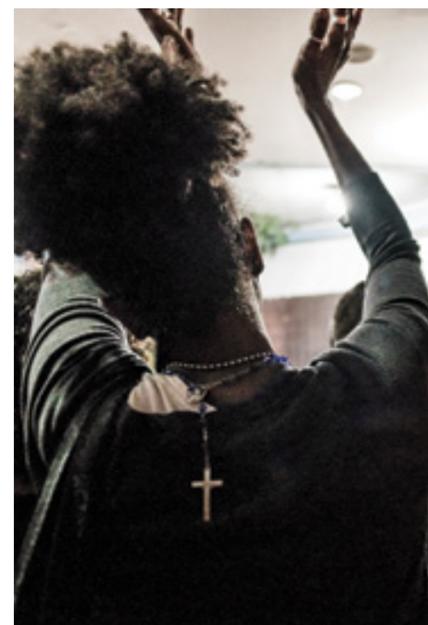
As disputas femininas começaram em março de 2016 e, já no primeiro ano, tiveram uma de suas integrantes – Luz Ribeiro – no topo do campeonato nacional, o Slam BR, seguida por outra poeta, Nega Fyah, de Salvador. O movimento se organizou em 19 Estados e, ainda em 2016, Brasília também teve sua edição.

Em Salvador, Nega Fyah, de 23 anos, comanda o evento. “Em 2017, houve o primeiro Slam das Minas do Nordeste, o terceiro do País. Conheci o de São Paulo, o do Distrito Federal e vi a força que tinha entre as mulheres negras. É um espaço de potencialidade da mulher, da negra e da poesia”, analisa Fyah, que é cantora de hip hop. Formada em Enfermagem, vive de sua produção artística com shows, venda de livros e participações em eventos como a Festa Literária Internacional das Periferias, em 2018, quando foi vice-campeã entre poetas negros.

“Escrevia as minhas letras, mas a forma que apresentava era musicada. Em 2017, quando criamos o Slam Dandaras do Norte, que foi o primeiro daqui e incentivou a criação de outro slam e muitos saraus, é que percebi a força das minhas letras”, diz Shaira Mana Josy, do Slam das Minas de Belém do Pará. “Sempre tive vontade de criar um evento voltado apenas para mulheres. Escrevia desde os 15 anos e eram letras potentes, que falavam de liberdade, contra a opressão da mulher e da negra”, afirma ela, que, convicta de suas rimas, tirou da gaveta 50 poemas, selecionou 20 e publicou seu primeiro livro, *Po Eu Sia*.







Pós-pandemia



TUTU

VOCÊ NÃO PRECISA ENFRENTAR A CRISE SOZINHO.

FECOMERCIO^{SP}

Acesse www.fecomercio.com.br





 @fecomerciosp

Representamos mais de 1,8 milhão de empresários e estamos aqui para ajudá-lo a superar esta crise com informação, orientação, apoio e mobilização política.

Trabalhamos intensamente pela preservação de milhões de empresas que tiveram suas atividades interrompidas ou afetadas pelo covid-19.

Mobilizamos-nos diante do Poder Público e encaminhamos mais de 66 reivindicações aos governos municipal, estadual e federal abrangendo questões trabalhistas, tributárias, de crédito e um plano pós-quarentena.

Redobramos nossos esforços para informar e orientar o empreendedor sobre os pontos que mais afetam os seus negócios.

Promovemos webinários semanais abordando temas como linhas de crédito, legislação trabalhista, gestão na crise, tributos e até o eSocial.

Disponibilizamos e-books gratuitos sobre home office, gestão de custos, crédito, medidas tributárias e um manual de boas práticas de entrega – em conjunto com as principais empresas de delivery.

Produzimos podcasts diários com empresários e especialistas.

Mantemos listas de transmissão no Telegram sobre os assuntos mais urgentes e publicamos dezenas de matérias e artigos em nosso portal.

A pandemia traz grandes mudanças e transformações. Por isso, estamos ao seu lado para superar a crise que vivemos agora.

**QUER SABER O QUE PODEMOS
OFERECER PARA A SUA EMPRESA?**

**ACESSE LAB.FECOMERCIO.COM.BR
E CONFIRA NOSSAS AÇÕES.**

JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO: **SEM PROCESSOS, NEM MULTAS?**

Você sabe utilizar a compensação de jornada de trabalho da sua empresa?
Entende as obrigatoriedades do controle de ponto?
Conhece as vantagens e desvantagens das horas extras?
E do banco de horas?

Para esclarecer essas e muitas outras dúvidas de milhares de empreendedores associados, a FecomercioSP desenvolveu o e-book *Banco de horas*.

Um material didático, acessível e muito prático que explica questões essenciais como:

- o funcionamento das horas extras;
- a compensação de horas;
- as jornadas e os modelos de trabalho;
- o trabalho intermitente;
- turno e trabalho ininterrupto de revezamento;
- cargos de confiança
- sobreaviso;
- controle de ponto;
- intervalos e horário de almoço;
- multas;
- e muito mais.

Valorize o tempo do seu funcionário e evite prejuízos.
Garanta seu exemplar gratuito agora!

ACESSE JÁ: LAB.FECOMERCIO.COM.BR

